



fernave
Conhecimento em Transportes e Logística



CPCARGA S.A.



COMBOIOS DE PORTUGAL

Relatório & Contas Consolidadas 2014



cp.pt

Ficha Técnica

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, nº 20

1249 – 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário € 1.995.317.000

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento e Controlo da Atividade

Direção Financeira

Contactos: webmaster@cp.pt

Índice

O GRUPO CP	07
/ Sumário do ano	08
/ Grupo CP	09
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	09
CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.	09
EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.,	09
SIMEF, A.C.E	09
SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.	09
FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A.	10
Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	10
TIP, A.C.E.	10
OTLIS, A.C.E.	10
/ Relações intragrupo	12
ENQUADRAMENTO DO ANO	13
/ Contexto	14
/ Enquadramento da atividade	14
ATIVIDADE CONSOLIDADA DO ANO	15
/ CP	16
Sumário executivo	16
Operação	16
Gestão dos meios	17
Procura e oferta	19
Proveitos	19
Investimentos	20
Resultados	20
/ CP CARGA	22
Sumário executivo	22
Operação	22
Gestão dos meios	23
Procura / Proveitos	24
Investimentos	25
Resultados	26
/ EMEF	27

Sumário executivo	27
Operação	27
Gestão dos meios	31
Rendimentos	31
Investimentos	31
Resultados	31
/ FERNAVE	33
Sumário executivo	33
Operação	33
Gestão dos meios	34
Proveitos	35
Resultados	35
/ ECOSAÚDE	36
Sumário executivo	36
Operação	36
Gestão dos meios	38
Resultados	38
/ SAROS	39
Sumário executivo	39
Operação	39
Gestão dos meios	39
Proveitos	39
Resultados	40
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	41
/ Evolução da conta de exploração	42
/ Evolução das principais rubricas do balanço	44
Ativo	44
Passivo	45
PERSPECTIVAS PARA 2015	47
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	51
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	53
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS CONSOLIDADOS	55
/ Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)	61

/ Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras (nota 2)	62
/ Principais políticas contabilísticas (nota 3)	63
/ Fluxo de caixa (nota 4)	92
/ Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (nota 5)	92
/ Composição do resultado por segmento de negócio (nota 6)	92
/ Ativos fixos tangíveis (nota 7)	96
/ Ativos intangíveis (nota 8)	98
/ Locações (nota 9)	100
/ Participações financeiras - Método de equivalência patrimonial (nota 10)	100
/ Participações financeiras - Outros métodos (nota 11)	101
/ Ativos por impostos diferidos (nota 12)	102
/ Acionistas/sócios (nota 13)	102
/ Impostos sobre o rendimento (nota 14)	102
/ Inventários (nota 15)	103
/ Clientes (nota 16)	105
/ Adiantamentos a fornecedores (nota 17)	105
/ Estado e outros entes públicos (nota 18)	106
/ Outras contas a receber (nota 19)	106
/ Diferimentos (nota 20)	107
/ Ativos financeiros detidos para negociação (nota 21)	109
/ Outros ativos financeiros (nota 22)	109
/ Ativos não correntes detidos para venda (nota 23)	109
/ Capital realizado (nota 24)	110
/ Ações (quotas) próprias (nota 25)	111
/ Outros instrumentos de capital próprio (nota 26)	111
/ Reservas legais (nota 27)	111
/ Outras reservas (nota 28)	111
/ Resultados transitados (nota 29)	111
/ Ajustamentos em ativos financeiros (nota 30)	112
/ Outras variações no capital próprio (nota 31)	112
/ Provisões (nota 32)	112
/ Financiamentos obtidos (nota 33)	113
/ Outras contas a pagar (nota 34)	114

/ Fornecedores (nota 35)	115
/ Adiantamentos de clientes (nota 36)	115
/ Passivos financeiros detidos para negociação (nota 37)	116
/ Vendas e serviços prestados (nota 38)	116
/ Subsídios à exploração (nota 39)	117
/ Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 40)	117
/ Trabalhos para a própria empresa (nota 41)	117
/ Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (nota 42)	118
/ Fornecimentos e serviços externos (nota 43)	118
/ Gastos com pessoal (nota 44)	119
/ Imparidades de investimento não depreciáveis/ amortizáveis (nota 45)	119
/ Outros rendimentos e ganhos (nota 46)	120
/ Outros gastos e perdas (nota 47)	120
/ Aumentos/reduções justo valor (nota 48)	121
/ Gastos/reversões de depreciação e de amortização (nota 49)	121
/ Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (nota 50)	122
/ Juros e rendimentos similares obtidos (nota 51)	122
/ Juros e gastos similares suportados (nota 52)	122
/ Interesses minoritários (nota 53)	123
/ Passivos contingentes (nota 54)	123
/ Ativos contingentes (nota 55)	123
/ Garantias e avals (nota 56)	123
/ Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 57)	123
/ Acontecimentos após a data do balanço (nota 58)	124
DOCUMENTOS ANEXOS	125
/ Certificação legal de contas	126
/ Relatório de auditoria	129
/ Relatório e parecer do conselho fiscal	132

○ Grupo CP



O Grupo CP

/ Sumário do Ano

Indicadores Operacionais do Grupo	2014	2013	Variação	
			Valor	%
Procura				
Passageiros (10 ³) ⁽¹⁾	109.785	106.547	3.238	3%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	3.518.813	3.310.668	208.145	6%
Toneladas (10 ³)	9.235	8.288	947	11%
Toneladas Quilómetro (10 ⁶)	2.114	1.894	220	12%
Oferta				
Cks pax (10 ³)	28.950	28.567	383	1%
Cks merc. (10 ³)	5.503	4.870	633	13%
Recursos Humanos				
Efetivo Final	4.352	4.475	-123	-3%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	234	235	-1	0%
Locomotivas	89	90	-1	-1%
Carruagens	98	101	-3	-3%
Vagões	2.704	2.715	-11	0%

Indicadores Financeiros do Grupo (Valores em 10 ³ €)	2014	2013	Variação	
			Valor	%
Demonstração de Resultados				
Resultado Operacional	-20.914	-75.349	54.435	72%
Resultado Líquido	-161.345	-225.615	64.270	28%
EBITDA ⁽²⁾	36.627	10.693	25.934	243%
Balanço				
Ativo	974.490	1.070.044	-95.554	-9%
Capital Próprio	-3.569.003	-3.406.715	-162.288	-5%
Passivo	4.543.493	4.476.760	66.733	1%
Financiamentos Obtidos	4.188.980	3.912.177	276.803	7%

(1) O valor de 2013 de passageiros transportados foi corrigido relativamente ao valor apresentado no R&C 2013 devido a alterações estatísticas.

(2) Não inclui rescisões, provisões, imparidades e justo valor

/ Grupo CP

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida a 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector e detém participações minoritárias casuísticas.

O *core business* do grupo é a prestação de serviços de transporte ferroviário, constituindo-se como o maior transportador ferroviário de Passageiros e de Mercadorias do País. Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial, operando ainda a nível internacional.

O Grupo desenvolve as seguintes atividades:

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros.

CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

A CP Carga é uma operadora de transporte de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas, que opera com locomotivas CP e vagões de propriedade própria.

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.,

A EMEF, constituída em 1992, tem um vasto objeto nos domínios da engenharia ferroviária. Realiza o fabrico, reabilitação, grande reparação e }

SIMEF, A.C.E

O SIMEF realiza a manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700”.

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A.

A FERNAVE realiza formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas.

ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

A ECOSAÚDE presta cuidados de saúde, ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente. Realiza ainda serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas, assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental. Executa ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências.

TIP, A.C.E.

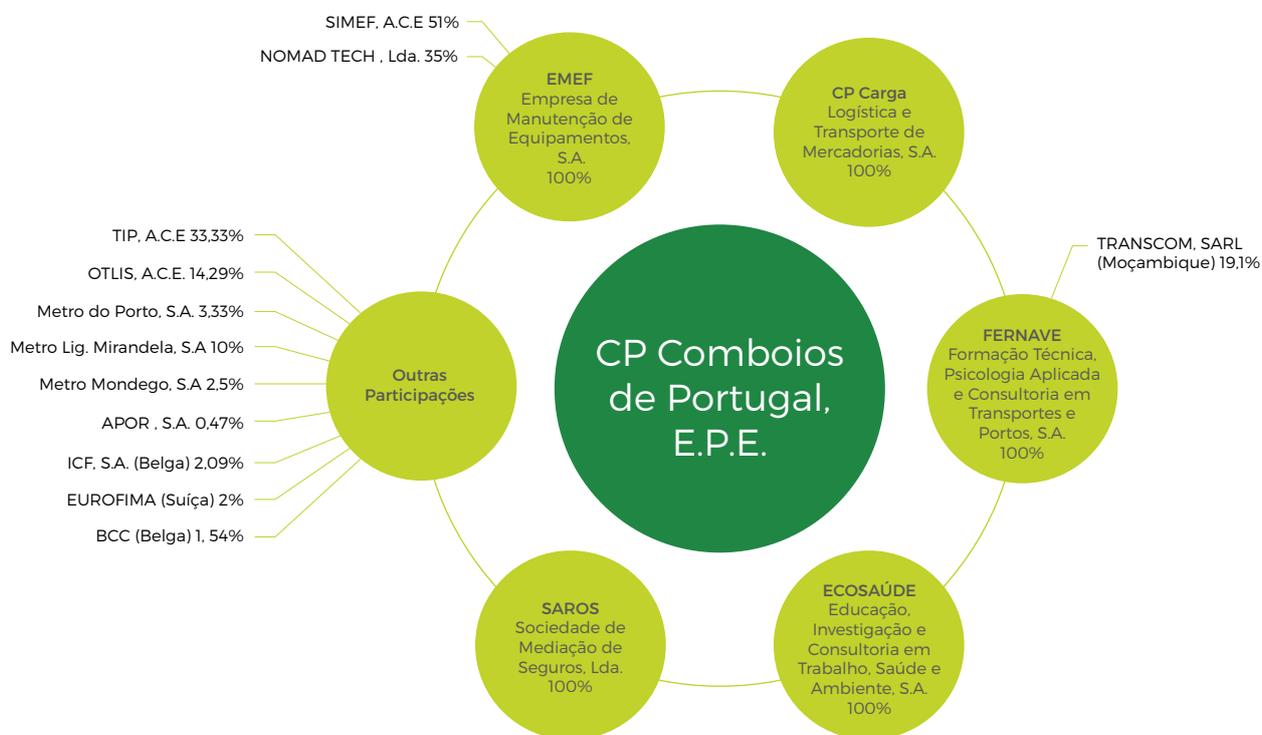
A TIP é responsável pela implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas.

OTLIS, A.C.E.

A OTLIS é responsável pelo desenvolvimento do projeto de telebilhética na área da Grande Lisboa em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E).

A CP detém ainda algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas a 31-12-2014:



Em 2014 a participação da FERNAVE na TRANSKOM reduziu-se devido à entrada de um novo sócio.

O Conselho de Administração traçou uma estratégia de grupo sustentável que consubstancia a estruturação das participações de controlo e o desenvolvimento de uma cultura de eficiência e de valor acrescentado.

/ Relações intragrupo

Prestador	Serviço	Receptor					
		CP	CP Carga	EMEF	Fernave	EcoSaúde	SAROS
CP	Aluguer Material Circulante		✓				
	Aluguer Terminais e Postos de Abastecimento de Gasóleo		✓				
	Aluguer Edifícios Oficiais			✓			
	Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, Etc)		✓	✓	✓	✓	
	Refacturação (Reparação de Material Circulante, Limpeza de Instalações, Vigilância, Electricidade e Combustível Tracção e Utilities)		✓	✓			
CP Carga	Comboio Socorro	✓					
EMEF	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	✓	✓				
Fernave	Formação	✓	✓	✓			✓
EcoSaúde	Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	✓	✓	✓	✓		✓
SAROS	Mediação de Seguros	✓	✓	✓	✓	✓	

Enquadramento do ano



Enquadramento do ano

/ Contexto

Nos termos do artigo 4º do Regulamento n.º1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

/ Enquadramento da atividade

Em 2014 concluiu-se o Programa de Assistência Económica e Financeira acordado em Maio de 2011 entre as autoridades portuguesas e a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

Neste período procederam-se a reformas de carácter estrutural em diversas áreas da economia portuguesa tendo em vista a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos que a afectavam.

No ano de 2014, a evolução da economia portuguesa continuou a estar condicionada por este processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, mas ao invés do verificado em anos anteriores, em 2014 verificou-se um crescimento, embora moderado, do PIB (0,9%)¹.

Este crescimento do produto denota que se está a iniciar o processo de retoma económica, convicção que é reforçada pelas projecções de crescimento do produto de 1,5% para 2015 e 1,6% para 2016², crescimentos ligeiramente acima da média projectada para a área do euro e que decorreu do crescimento das exportações e da procura interna.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IPHC) teve em 2014 um diferencial negativo (-0,1).

De referir o clima de paz social obtido no grupo que permitiu aos clientes ter uma percepção cada vez mais positiva dos serviços prestados e o desenvolvimento de práticas comerciais mais eficazes.

Em 2014, no âmbito da reformulação da base das Contas Nacionais Portuguesas, de acordo com os princípios estabelecidos pelo novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010) a CP E.P.E. passou a constar da lista das entidades que integram o sector institucional das Administrações Públicas, como Empresa Pública Reclificada (EPR), passando a integrar o perímetro de consolidação do Orçamento de Estado a partir de 2015.

1) Fonte: Banco de Portugal – “Projecções para a economia portuguesa: 2014 – 2016”.

2) Fonte: Banco de Portugal – “Projecções para a economia portuguesa: 2014 – 2016”.

Atividade consolidada do ano



Atividade consolidada do ano

/ CP

Sumário executivo

Em 2014, a CP transportou 109,8 milhões de passageiros, em todos os seus serviços a nível nacional, num crescimento de 3% face a 2013. Este aumento efetivo de passageiros não se verificava desde o ano de 2008 e confirma o crescimento sustentado que a Empresa tem vindo a registar desde Setembro de 2013. Este crescimento foi fruto de um conjunto de factores, todos eles tornados possíveis por via da pacificação social no seio da empresa: uma política comercial mais agressiva; modificações na gestão viradas para a otimização operacional; uma concorrência assumida com os outros modos de transporte.

O EBITDA recorrente manteve-se positivo em 14,8 milhões de euros, impulsionado pelo aumento de receita de 10,5 milhões de euros. Quando comparado com 2013, este valor apresenta uma redução de cerca de 7,2 milhões de euros, decorrente nomeadamente do impacto da redução das indemnizações compensatórias em 16 milhões de euros. Num cenário de manutenção do valor de Indemnizações Compensatórias atribuído à CP em 2013 (cerca de 34 milhões de euros), o EBITDA teria apresentado uma melhoria de 8,9 milhões de euros.

A CP encerrou o exercício de 2014 com um Resultado Líquido de -159,9 milhões de euros, 66,7 milhões de euros melhor que o registado em 2013 (-226,5 milhões de euros).

Operação

Em 2014 a CP desenvolveu várias actividades enquadradas pelo Plano de Actividades e Orçamento 2014 (PAO 2014) enviado às Tutelas Setorial e Financeira em 12 de dezembro de 2013, mantendo se a promoção da eficiência como foco estratégico da Empresa. Das acções realizadas destacam-se as seguintes:

Oferta

- / Aumento de paragens do comboio Celta que efetua a ligação entre as cidades do Porto e de Vigo e um reajustamento dos horários do serviço urbano do Porto para melhoria das ligações a este comboio internacional;
- / Lançamento de duas novas ligações Intercidades a Braga (uma em cada sentido), passando esta cidade a dispor de doze ligações ferroviárias de longo curso, a partir de Lisboa;
- / Final da *Champions League*, com coordenação entre a CP e a RENFE na concretização de um reforço de oferta do comboio internacional Lusitânia Comboio Hotel para transporte dos adeptos.

Combate à fraude

/ Intensificação de ações de fiscalização em várias estações e a bordo dos comboios destinadas a sensibilizar os clientes para validação dos títulos de transporte.

Tarifário

/ Lançamento de novos títulos de transporte, nomeadamente a Assinatura Jovem e o Flexipasse Jovem, o Portugal Rail Pass e o Bilhete Turístico na CP Lisboa. De salientar ainda o lançamento da nova tarifa promocional designada Train Sharing, válida para viagens de ida e volta, destinada a grupos que viagem nos serviços Alfa e Intercidades.

Bilhética / Distribuição

/ Alargamento da rede de vendas dos títulos de transporte da CP Porto para venda na rede PAYSHOP;

/ Venda de títulos no Lounge da estação do Oriente.

Inovação

/ Instalação de Wi-Fi nos Intercidades da Linha do Norte;

/ Renovação do site da CP, com maior destaque da venda. O site adapta-se a vários dispositivos móveis;

/ O GOOGLE TRANSIT passou a conter os trajetos e os horários da CP.

Parcerias

/ Parceria CP/TAP para o lançamento do produto Rail&Fly, que permite aos clientes TAP condições privilegiadas na compra das suas viagens na rede de comboios Alfa e Intercidades da CP;

/ Parcerias com eventos geradores de deslocações para concertos ou eventos culturais e desportivos, destacando-se o protocolo com a Blueticket;

/ CARSHARING - adesão gratuita ao Carsharing para clientes CP.

Gestão dos meios

Efetivo

A empresa prosseguiu a política de racionalização dos seus recursos humanos, tendo terminado o ano de 2014 com 2718 trabalhadores a cargo, correspondendo a um efetivo médio a cargo de 2.754.

O efetivo a cargo da CP diminuiu de 2.766 para 2.718, o que se traduziu numa redução de 48 trabalhadores, 38 dos quais por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

A taxa de absentismo aumentou em 5 p.p., de 5,39% para 5,87%. Para o aumento da taxa de absentismo contribuíram essencialmente o aumento do número de dias não trabalhados por baixa por doença e por acidentes de trabalho. Estas duas causas de absentismo representam cerca de 66% das ausências.

A taxa de trabalho suplementar passou de 5,38% para 9,53%. As principais causas do aumento do trabalho suplementar estiveram ligadas ao registo de um grande reforço das brigadas de fiscalização para o combate à fraude, principalmente na zona urbana de Lisboa, ao incremento da oferta com a realização de diversos comboios especiais, à necessidade de rejuvenescimento de algumas carreiras profissionais e à quase inexistência de greves às horas extraordinárias, aos cortes de descanso e aos dias feriados.

A CP continuou a apostar na valorização dos seus colaboradores, investindo na formação profissional contínua e adequada ao reforço, atualização e aquisição de novas competências.

Em 2014, foram realizadas 349 ações de formação, tendo a grande maioria sido ministrada através da participada Fernave. No quadro seguinte são apresentados os respetivos valores globais.

Indicadores Formação	2014
Total de horas de formação	62.402
N.º formandos	2.728
N.º ações de Formação	349

Frota

Em 2014, a CP continuou a otimizar a utilização do parque de material circulante e a promover a realização de estudos nos domínios da manutenção e reparação dos sistemas e equipamentos, tendo em conta os últimos desenvolvimentos tecnológicos. Visou sempre a promoção da segurança, eficiência e economia na utilização do material circulante.

À data de 31 de dezembro de 2014, o parque total de material motor e rebocado da CP era constituído por 915 unidades. Destas, 421 unidades encontravam-se afetas ao parque activo, 381 unidades integravam o parque de material inoperacional e 113 unidades eram material de utilização pontual, do Comboio Histórico, do comboio socorro ou encontravam-se cedidas à Fundação Nacional Museu Ferroviário.

O parque ativo de material circulante, em serviço comercial nas Unidades de Negócio e na CP Carga, SA, era composto por 186 automotoras elétricas, 48 automotoras *diesel*, 52 locomotivas elétricas, 37 locomotivas *diesel* e 98 carruagens.

De salientar que, no parque activo se encontravam incorporadas 17 automotoras *diesel* da série 592, alugadas à RENFE.

Em 2014 foram abatidas contabilisticamente 11 automotoras *diesel*, cuja repercussão no parque físico só se verificará no ano 2015.

Foram igualmente estabelecidos contactos com entidades internacionais e nacionais que têm manifestado interesse em adquirir material circulante à CP.

Procura e oferta

Em 2014 foram transportados pela CP 109,8 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 3% relativamente a 2013 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de cerca de 3,2 milhões de passageiros transportados. Este crescimento da procura foi transversal a todos os serviços da CP, destacando-se o Serviço de Longo Curso que apresentou um crescimento de dois dígitos (12,1%).

A inversão da tendência de perda de passageiros é resultado da manutenção de um clima de paz laboral que permitiu restituir aos clientes um serviço fiável e regular, da adoção de políticas comerciais mais agressivas, do reforço das brigadas de fiscalização, fixas e itinerantes, e da ligeira recuperação de alguns indicadores económicos do país.

Passageiros (*10 ³)	2014	2013	2014-2013	2013/2012
Serv. Urbano Lisboa ⁽¹⁾	74.378	72.497	1.881	2,6%
Serv. Urbano Porto	19.665	19.060	605	3,2%
Serv. Longo Curso	5.187	4.626	560	12,1%
Serv. Regional	10.555	10.364	192	1,8%
TOTAL	109.785	106.547	3.238	3,0%

(1) O valor de 2013 de passageiros transportados foi corrigido relativamente ao valor apresentado no R&C 2013 devido a alterações estatísticas.

Em 2014, a oferta da CP, avaliada em Comboios*Quilómetro foi de 28.950 milhares de CK, o que representa um acréscimo de 1,3% face a 2013.

O acréscimo verificado é justificado essencialmente pelo cenário de paz social que foi possível manter após os acordos celebrados com as Organizações Representativas dos Trabalhadores nos meses de março e de julho de 2013 e pela realização de serviços especiais, em resposta a acréscimos pontuais de procura.

Comboios Quilómetro (*10 ³)	2014	2013	2014-2013	2014/2013
Serv. Urbano Lisboa	6.861	6.786	75	1,1%
Serv. Urbano Porto	4.568	4.502	66	1,5%
Serv. Longo Curso	8.132	7.939	193	2,4%
Serv. Regional	9.388	9.340	48	0,5%
TOTAL	28.950	28.567	383	1,3%

Proveitos

Os proveitos de tráfego situaram-se nos 214,5 milhões de euros, representando um acréscimo superior a 10,5 milhões de euros, da ordem dos 5,2% face ao ano anterior.

Os proveitos acompanharam a tendência de crescimento da procura sendo influenciados pelo maior peso relativo dos títulos ocasionais e do Serviço de Longo Curso e de ter sido nestes que se registaram os maiores crescimentos.

Contribuiu também para o crescimento de proveitos, a atualização tarifária média de 1% em todos os serviços, com exceção dos de Longo Curso.

Proveitos Tráfego (*10 ³)	2014	2013	2014-2013	2013/2012
Serv. Urbano Lisboa	73.283	70.050	3.232	4,6%
Serv. Urbano Porto	24.366	23.664	703	3,0%
Serv. Longo Curso	88.601	82.872	5.729	6,9%
Serv. Regional	28.229	27.361	868	3,2%
TOTAL	214.479	203.948	10.531	5,2%

Investimentos

As decisões de investimento em 2014 foram, à semelhança de anos anteriores, equacionadas na perspetiva de assegurar o mínimo de intervenções indispensáveis para garantir a segurança e operacionalidade do material e das instalações ferroviárias ou para conclusão de projetos que já estivessem em curso.

Assim, a CP realizou um total de 14,5 milhões de euros em investimentos, 97% dos quais destinados a material circulante e 2% a instalações fixas.

No material circulante, os investimentos mais relevantes centraram-se nos projetos de “Grandes Reparações R2+R3” (8 milhões de euros) e iniciou-se o processo de “Intervenção de Meia Vida dos Alfa Pendulares”.

Resultados

Para efeitos de análise de gestão construiu-se o quadro seguinte que ilustra o desempenho da empresa.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em m€)	PERÍODOS		Variação 2014/2013	
	REAL 31-12-2014	REAL 31-12-2013	Valor	%
Vendas e serviços prestados	239.759	229.698	10.061	4%
Subsídios à exploração	17.905	34.384	-16.479	-48%
Outros rendimentos e ganhos	46.291	31.622	14.670	46%
SUB-TOTAL	303.955	295.703	8.252	3%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-7.716	-8.478	762	9%
Fornecimentos e serviços externos	-169.939	-166.757	-3.182	-2%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações)	-100.921	-92.866	-8.054	-9%
Outros gastos e perdas	-10.611	-5.649	-4.961	-88%
SUB-TOTAL	-289.185	-273.751	-15.435	-6%
Resultado operacional da atividade de transportes* (EBITDA)	14.770	21.953	-7.183	-33%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-65.063	-69.296	4.233	6%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-4.707	-2.524	-2.183	-86%
Indemnizações por rescisão	-2.421	-5.170	2.749	53%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjunt	1.226	-2.956	4.183	141%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-117	-122	5	4%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1.604	-1.029	2.634	256%
Provisões (aumentos/reduções)	15.387	-19.169	34.556	180%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	10.614	-7.409	18.023	243%
Resultado operacional	-28.709	-85.725	57.016	67%
Aumento/Reduções de Justo Valor	65.456	66.022	-566	-1%
Juros e rendimentos similares obtidos	5.188	4.732	456	10%
Juros e gastos similares suportados	-204.017	-211.256	7.239	3%
Resultado financeiro	-133.374	-140.502	7.129	5%
Resultado antes de impostos	-162.082	-226.227	64.145	28%
Imposto sobre o rendimento do período	2.213	-289	2.502	866%
Resultado líquido do período	-159.869	-226.517	66.647	29%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos

A CP encerrou o exercício de 2014 com um Resultado Líquido de -159,9 milhões de euros, 66,7 milhões de euros melhor que o registado em 2013 (-226,5 milhões de euros).

Esta melhoria resulta fundamentalmente do incremento das vendas e serviços prestados em 10,1 milhões de euros, do aumento dos outros rendimentos e ganhos em 14,7 milhões de euros, em virtude, nomeadamente, da alienação dos Terminais de Mercadorias e da melhoria generalizada das restantes rubricas do resultado operacional não relacionadas com a atividade de transporte, nomeadamente no que respeita a provisões e imparidades. O Resultado Financeiro apresentou-se melhor que o registado em 2013 em 7,1 milhões de euros, em resultado da descida das taxas de juro aplicadas

na renovação dos financiamentos das operações de financiamento.

O EBITDA recorrente (Resultado Operacional da atividade de Transporte de Passageiros) foi positivo em 14,8 milhões de euros. Face a 2013, este indicador apresentou uma redução de 7,2 milhões de euros, justificada designadamente pela redução do valor das Indemnizações Compensatórias atribuídas em 16,1 milhões de euros, ainda que parcialmente compensada pelo aumento das prestações de serviço (+10,1 milhões de euros).

O aumento dos Gastos com Pessoal (sem indemnizações) em 8,1 milhões de euros resultou essencialmente de se ter efetuado um ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho de 11,1 milhões de euros. De referir, que este movimento foi efetuado com vista a alterar o tratamento contabilístico e fiscal dos benefícios de empregados relacionados com pensões de acidentes de trabalho. Este movimento teve, no entanto, contrapartida de igual montante na redução das provisões constituídas para estas pensões, pelo que, em termos líquidos estes ajustamentos contabilísticos não tiveram qualquer impacto nos resultados da empresa.

Caso não tivesse sido efetuada esta alteração de procedimento, os gastos com pessoal da empresa ter-se-iam reduzido em cerca de 3 milhões de euros face ao ano anterior, em virtude de, em 2013, se ter contabilizado o impacto da reposição do subsídio de férias de 2012 e 2013, que passou a ser remunerado desde junho de 2013, na sequência da publicação da Lei n.º39/2013. Ainda com impacto na variação dos gastos com pessoal, de referir a redução do efetivo em 48 colaboradores, o aumento do trabalho extraordinário, decorrente das ações de combate à fraude, e a aplicação dos cortes remuneratórios previstos no Orçamento de Estado para 2014 nos primeiros cinco meses do ano e da decisão do Tribunal Constitucional para cessação das reduções salariais, que afetou os vencimentos e subsídios pagos após 31 maio de 2014 e que vigorou até meados de setembro, momento a partir do qual foram retomados os cortes de 2013.

Apesar do esforço generalizado de contenção de gastos, os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um acréscimo de 3,2 milhões de euros face a 2013, por via fundamentalmente da taxa de utilização de infraestrutura, que registou um aumento de 2,2 milhões de euros, e os gastos com conservação e reparação de material circulante por avaria que subiram 1,4 milhões de euros.

O abate de 10 UTD's 600 e de uma ALLAN contribuíram para o acréscimo dos Outros Gastos e Perdas em 5 milhões de euros. Em termos líquidos, o impacto destes abates nas contas da empresa foi de aproximadamente 1,2 milhões de euros, refletindo-se 5,6 milhões de euros em outros gastos e perdas e 4,4 milhões em rendimentos relacionados com reversões de imparidades e reconhecimentos de subsídios ao investimento.

Ao nível das restantes rubricas do resultado operacional não relacionadas com a atividade de transporte, destaca-se a diminuição das provisões em 34,6 milhões de euros, devido à redução já explicada anteriormente da provisão constituída para acidentes de trabalho em 11,1 milhões de euros e da diminuição das provisões constituídas para fazer face às responsabilidades inerentes aos capitais próprios negativos das empresas do Grupo, ressaltando o contributo para o efeito da melhoria dos resultados da CP Carga, e a diminuição das imparidades relacionadas com ativos não correntes detidos para venda em 18 milhões de euros, em resultado da não constituição de imparidades adicionais para os ativos não correntes detidos para venda e da reversão das imparidades constituídas para material circulante entretanto abatido (10 UTD's 600 e uma ALLAN), e/ou reafectado à atividade operacional da empresa.

Referência ainda para a diminuição do valor das depreciações, face a 2013, em 4,2 milhões de euros e para a diminuição das perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos em 4,2 milhões de euros, ressaltando o contributo para o efeito da melhoria dos resultados da EMEF.

/ CP CARGA

Sumário executivo

A CP Carga alcançou em 2014 o seu melhor resultado de sempre o que consubstancia um crescimento de 11.4% em toneladas e 12% em receitas relativamente ao ano anterior, resultados que também são significativos ao nível ibérico onde a CP Carga já tem uma quota de mercado de 26%.

Na actividade em território nacional, a par da manutenção dos tráfegos do carvão e minérios, os contentores, o cimento (essencialmente de exportação) e os siderúrgicos registaram crescimentos significativos, continuando a presença nos portos a aumentar de ano para ano, representando em 2014, 67% da actividade da Empresa, com destaque para Sines a liderar com 34% das mercadorias movimentadas, seguindo-se Setúbal com 18% e Aveiro com 8%.

No plano do tráfego internacional (relações ibéricas), a CP Carga continua a reforçar a sua posição de operador de referência, com um crescimento em 2014 de 26% em toneladas e 17% em receitas.

Um facto relevante na actividade da CP Carga teve lugar no final de 2014, com a conclusão do processo de transferência para a REFER da propriedade e gestão dos terminais ferroviários de mercadorias, em resultado de decisão do Governo, o que por via da avaliação do negócio que a Empresa detinha nos terminais, levada a efeito por uma entidade independente, veio a reflectir se num impacto positivo nas contas da CP Carga, apresentando o resultado líquido um valor positivo de 5.3 milhões de euros.

Operação

Em 2014 consolidou-se a actividade operacional numa base de comboio bloco, reduzindo manobras em trajeto, conjugando os meios operacionais com os níveis de serviço oferecidos ao cliente, segundo critérios de melhoria da rentabilização dos ativos procurando estabilizar a eficiência económica (Tk/Ck).

Consequência da rentabilização da oferta e dos recursos envolvidos, para além da blocagem dos tráfegos e redução dos movimentos de grupagem/manobras ao longo do itinerário do comboio, foi possível desenvolver ações tendo em vista:

- / Reforçar a capacidade de resposta sobre os portos, em especial Sines, Leixões, Aveiro e Setúbal, acompanhando a procura percebida;
- / Reforçar a capacidade de resposta no tráfego internacional, de longas distâncias, acomodando os fortes constrangimentos impostos pela degradação da infraestrutura;
- / Reforçar a capacidade de oferta de comboios na linha do Oeste e sobre o Lourçal;
- / Potenciar ganhos de eficiência pela utilização de tracção eléctrica (86% dos Tk realizados) em detrimento da tracção *diesel*, acompanhando a eletrificação dos ramais e a movimentação das composições para as linhas de transferência

de carga por conta dos gestores de parque, reduzindo as emissões de carbono para 11,30 gep/Tk, dando assim resposta à responsabilidade ambiental assumida a par da redução de custos com energia de tração;

- / Acomodar o impacto da greve dos Operadores de Apoio à realização de manobra, que se prolonga no tempo de forma ininterrupta;
- / Desenvolver e implementar esquemas produtivos capazes de dar resposta a novos tráfegos em modalidade comboio-bloco e nos vários eixos de atividade, nacional e internacional;
- / Reformular esquemas produtivos de forma a minimizar o impacto do ruído em zonas residenciais.

Gestão dos meios

Efetivo

Em 2011 a CP Carga deu início ao processo de reestruturação assente na integração das atividades e funções, com redução do número de chefias e de colaboradores. No ano de 2014, havendo já uma estabilização do efetivo, concretizaram-se 5 revogações de contratos de trabalho por mútuo acordo, todas elas reportadas a trabalhadores com inaptidões médicas definitivas para as respectivas funções, tendo-se devido a diminuição mais acentuada no efetivo da CP Carga à transmissão dos Terminais de Mercadorias para a REFER.

A empresa iniciou o ano de 2014 com um total de 585 trabalhadores, tendo reduzido o quantitativo para 552 trabalhadores no final do ano.

A taxa média anual de absentismo foi de 6,6%, estando associada a um total de 8.403 dias de ausência, dos quais se relevam 4.511 dias por motivo de doença.

A taxa média anual de trabalho suplementar foi de 8,7% o que expressa uma subida face a 2013, em que atingiu 4%, mas inferior aos 11,2% de 2012 e aos cerca de 18% de 2011.

A formação profissional abrangeu 566 formandos, perfazendo um total de 9.273 horas.

Material motor

A CP Carga tem ao seu serviço 64 locomotivas, aptas a rebocar todo o tipo de vagões da empresa, objecto de aluguer à CP.

A progressiva eficiência do modelo de exploração tem gerado uma utilização preferencial das 34 locomotivas elétricas, sendo as 15 locomotivas *diesel* predominantemente utilizadas nos troços da rede que não se encontram eletrificados. As restantes 15 locomotivas *diesel* estão alocadas à realização de manobras. Os percursos elétricos aumentaram 12% face ao ano anterior e os custos com os consumos respectivos aumentaram 2%, resultando numa redução do custo unitário médio por km de cerca de 9%, por via do impacto dos percursos em tração elétrica.

Material rebocado

A empresa tem atualmente um parque de 2.704 vagões ativos, que permitem o transporte de um amplo leque de produtos, dos quais se destacam os contentores e caixas móveis, carvão, minérios, produtos siderúrgicos, produtos paletizados com especial destaque para o cimento, madeira, combustíveis e produtos químicos, pasta de papel, inertes e materiais de via.

A exploração do parque de vagões disponíveis para o serviço registou em 2014 um aumento de 20,9% do percurso realizado por dia vagão, obtendo-se 89Km em média com o valor máximo nos 460Km.

Estes equipamentos são alvo de intervenções regulares de manutenção cumprindo todos os requisitos relacionados com a segurança do transporte, viabilizando também a melhoria do seu desempenho, nos casos dos vagões sujeitos a intervenções de modernização.

Infraestruturas

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito das infraestruturas visaram responder a necessidades internas CP Carga, bem como a necessidades externas em espaço do domínio público ou particular – Ramal particular; linhas do domínio público ferroviário; linhas dos portos – refletindo-se, essencialmente em:

- / Desenvolvimento de *layout* ferroviário com objectivo de eliminar os constrangimentos existentes permitindo melhorar a eficiência operacional, destacando-se: Terminal ferroviário da Bobadela; Feixe de linhas do Porto de Setúbal; Ligação do Terminal Vale do Tejo – Entroncamento à linha do Norte; Eletrificação dos ramais de mercadorias na Linha do Minho; Ramal da Petrogal-Sines; Reformulação da Estação de Alfarelos e ampliação do Terminal de Alfarelos;
- / Estudo e definição de *layouts* ferroviários de novas infraestruturas no âmbito dos investimentos referentes à criação de uma rede Plataformas ferroviárias florestais sobre a Rede Ferroviária Existente.

Procura / Proveitos

Em termos económicos, a CP Carga transportou 9,2 milhões de toneladas e obteve 62,8 milhões de euros de proveitos diretos do tráfego, o que representa, face ao ano anterior, um crescimento de 11,4% nas toneladas e 9,8% nas receitas. O 2º semestre do ano foi mais forte em termos de atividade do que o 1º semestre, sendo que no início do ano ainda se registou alguma conflitualidade laboral com reflexo nos níveis de actividade.

De realçar o tráfego internacional, que registou um aumento de 25,6% em toneladas e 16,7% em receitas. No universo da empresa, o tráfego internacional representa 10% das toneladas transportadas e 14% das receitas obtidas.

Os maiores crescimentos ocorreram no transporte combinado nacional, com grande destaque para o eixo Sines/Setúbal e Sines/Leixões (30%), no tráfego nacional de químicos (143%), nos produtos siderúrgicos, potenciado por nova relação (32%) e no cimento (16%).

Merecem especial destaque os elevados níveis de prestação conseguidos sobre os portos com 18% de incremento da actividade, representando estes 67% do tráfego a nível global, com destaque para Sines, Setúbal e Aveiro.

O quadro seguinte espelha a procura e proveitos por produto em 2014.

Produto	Toneladas (mil t's)	Rec. Líquida (mil €)
Contentores	2.984	19.462
Carvão	1.094	12.587
Cimento	1.943	8.115
Produtos Siderúrgicos	1.026	6.133
Areia	788	3.388
Madeira	379	3.123
Minérios	378	3.074
Produtos Químicos	124	1.662
Combustíveis	152	1.590
Pasta Papel	150	1.276
Balastos e Britas	70	938
Outros	147	1.501
Total	9.235	62.849

Investimentos

A exemplo dos anos anteriores, o investimento em 2014 foi fortemente condicionado pelas medidas de contenção de despesas, tendo o seu valor ascendido a 2 milhões de euros, com destaque para a modernização de vagões que representam 56% do total do investimento.

No âmbito da modernização de vagões foi dado seguimento a projectos de anos anteriores: substituição de engates UIC convencional por engates UIC de capacidade reforçada (1,5 MN) e substituição de caixas de eixo em diversas séries de vagões. Estes investimentos ascenderam a 1,1 milhões de euros e o principal objectivo consistiu em aumentar a produtividade económica dos vagões.

De destacar também o projecto de Eletrificação de Ramais, no valor de 670,7 mil de euros. Este projeto iniciou-se com a CP, antes da constituição da CP Carga. Contudo, por razões que se prendem com os financiamentos comunitários, só em 2014 houve condições para a transferência do respectivo imobilizado para a CP Carga.

Outro investimento importante foi a aquisição das Licenças Operador CP Carga, no valor de 87,5 mil de euros. Estas licenças, emitidas pelo IMT, são absolutamente necessárias para a empresa poder realizar serviços de transporte ferroviário de mercadorias, de âmbito nacional e na União Europeia.

No âmbito da informatização de processos comerciais, importa destacar o projeto JUL (Janela Única Logística) com um total de 60 mil de euros de investimento em 2014. Este projecto de natureza comercial revela-se de importância estratégica para a atividade do transporte de contentores da CP Carga com origem/destino no Terminal XXI em Sines, na medida em que envolve vários parceiros e permite aceder a informação relevante que é partilhada, contribuindo assim para a flexibilização e agilização do sistema de transporte contentorizado de mercadorias. Dada a sua relevância, perspectiva-se a sua expansão a outros tráfegos da CP Carga, mesmo que não entrem nem saiam pelo Porto de Sines.

Resultados

A Demonstração de Resultados ilustra o desempenho da empresa no final do ano:

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2014	31-12-2013	Valor	%
Vendas e serviços prestados	63.944.216	58.132.757	5.811.459	10%
Subsídios à exploração	23.029	0	23.029	100%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2.689.893	-2.907.656	217.763	7%
Fornecimentos e serviços externos	-50.607.011	-49.423.590	-1.183.421	-2%
Gastos com o pessoal	-18.113.391	-20.372.823	2.259.432	11%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-151.004	1.632.534	-1.783.538	-109%
Outros rendimentos e ganhos	25.695.828	2.936.448	22.759.380	775%
Outros gastos e perdas	-635.572	-1.330.378	694.806	52%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	17.466.202	-11.332.708	28.798.910	254%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4.385.088	-4.182.225	-202.863	-5%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	13.081.114	-15.514.933	28.596.047	184%
Juros e rendimentos similares obtidos	17.494	141.286	-123.792	-88%
Juros e gastos similares suportados	-7.216.518	-7.545.128	328.610	4%
Resultado antes de impostos	5.882.091	-22.918.775	28.800.866	126%
Imposto sobre o rendimento do período	-540.333	-73.301	-467.032	-637%
Resultado líquido do período	5.341.758	-22.992.076	28.333.834	123%

Ao longo dos últimos anos a CP Carga tem vindo a registar uma evolução muito favorável dos seus Resultados, fruto das medidas que implementou e que permitiram alavancar o crescimento dos proveitos, a par da redução gradual dos custos operacionais. A CP Carga passou de um Resultado Líquido negativo de 36,3 milhões de euros em 2010 (primeiro ano de plena atividade) para um Resultado Líquido negativo de 22,99 milhões de euros em 2013, consoante o Plano de Actividades e Orçamento (PAO) que em 2014 esse valor seria da ordem dos 15,9 milhões de euros negativos.

Destacamos, no entanto que em 2014 a CP Carga obteve um Resultado Líquido positivo de 5,3 milhões de euros, por efeito da transferência da titularidade e gestão dos Terminais Ferroviários de Mercadorias para a REFER.

Neste contexto, em 2014, o Resultado Operacional da CP Carga foi de 13,1 milhões de euros positivos e o Resultado antes de impostos foi de 5,9 milhões de euros positivos, representando melhorias de 184,3% e 125,7%, respetivamente, face a 2013.

Os Proveitos Operacionais ascenderam a 89,7 milhões de euros, registando-se um aumento de 46,8% face ao ano anterior.

Os Gastos Operacionais no valor de 76,6 milhões de euros estiveram em linha com o que foi registado no ano anterior, registando-se uma ligeira quebra. Os gastos com Pessoal, reduziram 11% face ao ano anterior, situando-se em 18,1 milhões de euros em 2014. Este decréscimo deveu-se, tal como já mencionado, à saída de colaboradores e à aplicação das regras do Orçamento de Estado para 2014. A prestação de serviços da REFER ascendeu a 10,4 milhões de euros no total. Registaram-se aumentos de 15,2% nos custos inerentes à taxa de uso e de 4,1% nos custos dos serviços auxiliares e adicionais. Os gastos com a conservação e reparação EMEF, no total de 7,1 milhões de euros apresentaram uma quebra de 3,8% face a 2013. Os custos com os consumos para tração, no valor de 9 milhões de euros em 2014, caíram 4,8% face ao ano anterior, apesar dos percursos totais terem aumentado 9%, o que evidencia as vantagens de utilização da tração elétrica nos comboios.

De salientar que mesmo sem o impacto da transferência dos terminais ferroviários para a REFER, a CP Carga obteve os melhores resultados de sempre, sendo os valores do EBITDA, EBIT e Resultado Líquido, respectivamente, de -3,6 milhões de euros, -8,0 milhões de euros e -15,3 milhões de euros.

Por fim, de referir que os encargos financeiros, que vinham a registar taxas de crescimento muito penalizantes, registaram uma desaceleração em 2014, reduzindo-se 4,4% face ao ano anterior. O total de encargos financeiros passou de 7,4 milhões de euros em 2013 para 7,2 milhões de euros em 2014, o que se ficou a dever essencialmente a três factores: revisão das condições dos financiamentos obtidos junto do accionista, liquidação do empréstimo do Santander com contração de um empréstimo equivalente junto do IGCP em condições mais vantajosas e, por último, à liquidação parcial do empréstimo da Caixa Geral de Depósitos.

/ EMEF

Sumário executivo

Em 2014 a EMEF registou um dos melhores desempenhos dos últimos anos, tendo o Resultado Líquido evidenciado uma recuperação face a 2013 no valor de 4,3 Milhões de euros, situando-se agora nos 909 milhares de euros. Para este desempenho contribuíram, quer o aumento do Volume de Negócio na ordem dos 4 Milhões de euros, bem como a melhoria da margem em 130 p.p de par com uma redução dos Gastos Operacionais em cerca de 1,1 Milhões de euros. Estes fatores permitiram obter um EBITDA em 2014 de 3,5 Milhões de euros.

É de relevar de entre as várias iniciativas que foram desenvolvidas para aumentar o volume de negócio da empresa, o posicionamento que a EMEF assumiu e liderou no processo concorrencial para a Manutenção, por 3 meses, da frota de material circulante ferroviário da Metro do Porto, do qual saiu vencedora. Esta conquista, posicionou a EMEF num patamar confortável para poder ganhar o Contrato resultado de um concurso público internacional para os próximos 10 anos, de prestação de serviço de manutenção do material circulante para toda a frota da Metro do Porto,

A EMEF geriu de forma rigorosa e determinada a conta de exploração, assim como o balanço, dando continuidade ao esforço de redução dos inventários, com uma diminuição de 537 milhares de euros, e da dívida financeira, que registou uma redução de 4,8 Milhões de euros, significando que foi liquidado passivo financeiro face ao ano transato. No entanto, em termos de Passivo total verificou-se um incremento no valor de 1,1, milhões de euros.

Operação

Os serviços prestados pela EMEF continuaram a caracterizar-se por uma oferta de manutenção integral das frotas dos seus Clientes, abrangendo três segmentos principais:

- / Reparação e a modernização de veículos ferroviários, e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- / Manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária dos operadores, tendo associados níveis de serviço para cada tipo de operação, nomeadamente disponibilidade e fiabilidade;
- / Reabilitação de material circulante.

Complementarmente à sua atividade principal, a Empresa assegurou ainda:

- / O serviço de prevenção permanente para quaisquer intervenções de emergência envolvendo o material circulante;
- / As operações de socorro na linha, sempre que necessário;
- / A realização de ensaios de calibração em equipamentos de monitorização e medição, quer para utilização interna quer para clientes externos;
- / A realização de análises de óleos, lubrificantes e isolantes, para caracterização do seu estado e o dos equipamentos que lubrifica, quer utilizados na manutenção efetuada pela EMEF, quer para clientes externos.

No ano de 2014 ocorreu um aumento considerável na Prestação de Serviços pela EMEF. O aumento de 8% no volume de negócios foi conseguido ao mesmo tempo que se registou uma redução de 5% no efetivo médio total. Consequentemente houve um aumento significativo da produtividade do trabalho que, se medida pelo indicador VAB/Efetivo Médio total, foi de 14% face ao ano anterior.

Os aspetos mais marcantes das atividades desenvolvidas em cada um dos segmentos de intervenção da empresa são seguidamente apresentados.

Reparação e modernização

Esta atividade continuou a integrar os tipos de reparações programadas no material motor e rebocado de passageiros (reparações tipo R), no material rebocado de mercadorias (reparações de segurança - RS e RSP) e nos equipamentos (reparações gerais - RG e reparações intermédias - RI), outras reparações por causas imprevistas, acidentais ou vandalismos sobre os veículos ferroviários (reparações por avaria - RAV e reparações por acidente - RAC) e ainda modificações/modernizações no material circulante de acordo com o pedido específico dos clientes.

O plano de reparações acordado com os Clientes para 2014 foi genericamente cumprido.

Nesta área de atividade é ainda de salientar a obtenção da Certificação para a função execução de Reparação de Vagões, segundo o Regulamento UE 445/2011.

No que concerne à área de reparação de rodados, destacam-se as seguintes intervenções:

- / Rodados e transmissões para os SBB (caminhos de ferros Suíços);
- / Rodados para a Takargo e GMF (empresa com sede em Espanha com atividade na área da manutenção e reparação ferroviária);
- / Rodados para a Fertagus.

No seu conjunto o segmento da reparação permitiu à Empresa realizar, em 2014, rendimentos de 27.213 milhares de euros, o que correspondeu a 49,6% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 12% relativamente a 2013.

Manutenção

O objetivo desta atividade centrou-se no cumprimento dos programas de manutenção constantes dos contratos específicos da frota/segmento de mercado, de cada cliente: CP, CPCarga, Prometro e RENFE.

Em paralelo, continuou a ser prestado o serviço de manutenção sazonal aos comboios históricos, produto do cliente CP com forte impacto na sua imagem.

Foi também assegurada, para a Fundação do Museu Nacional Ferroviário (FMNF), a manutenção e o acompanhamento dos serviços comerciais do comboio presidencial, que mereceu, neste ano, o diploma da APOM para a melhor intervenção de conservação e restauro em 2013, obra realizada em colaboração entre a EMEF e a FMNF.

No seu conjunto, o segmento manutenção corrente permitiu à Empresa realizar, em 2014, rendimentos de 27.661 milhares de euros, que corresponderam a 50,4% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 4% relativamente a 2013.

Reabilitação

Nesta vertente são de destacar as seguintes iniciativas em curso:

- / Reconstrução da caldeira da locomotiva a vapor 0186 e modificação de queima a carvão para queima a fuel. Durante 2014 foram desenvolvidos contatos para a realização deste projeto no estrangeiro dado que não há capacidade técnica para projeto e fabrico em Portugal;
- / Modificação de vagões para a Mota Engil;
- / Integração de componentes na maqueta para o projeto Intrans.

Engenharia, inovação e desenvolvimento

Em termos de otimização de processos nas áreas operacionais, destacam-se os seguintes:

- / Internalização de reparação de componentes eletrónicos do sistema de informação aos passageiros nas UME 3400 com aproveitamento de conhecimento técnico residente e de mão-de-obra especializada, o que permitiu reduzir a encomenda ao exterior (fabricantes);
- / Implementação de ensaios de magnetoscopia na avaliação técnica, pesquisa e controlo de eventuais fendas em bogies de comboios CPA em detrimento dos ensaios não destrutivos anteriormente usados permitindo uma controlo mais fidedigno e redução significativa de horas de mão-de-obra e de materiais;
- / Desenvolvimento de análise técnica continuada para avaliar a possibilidade de alargamento da periodicidade de substituição de óleo e filtros do sistema de pendulação que independentemente da redução da mão-de-obra e impacto ambiental para gestão de resíduos terá uma poupança anual de custos por não aquisição de materiais;
- / Tendo por base o acompanhamento efetuado diariamente aos comboios, a aplicação da metodologia de manutenção

sob condição permitiu alargar o período de substituição dos calços de freio, o que se traduz em poupança de mão-de-obra e redução de custos de aquisição de materiais;

/ Desenvolvimento de projeto conceção / execução para substituição do sistema de leitura / difusão de vídeo dos comboios CPA com substituição de leitor de DVD por Media Player, o que permitiu uma melhoria significativa na fiabilidade do sistema e qualidade de serviço prestado ao cliente, adicionalmente representa uma redução de custos de manutenção/reparação;

/ Internalização da reparação de alguns equipamentos rotáveis que se verificou serem passíveis de intervenção na manutenção por utilização da mão-de-obra qualificada;

/ Adaptação do banco de ensaios de motores *diesel* de modo a aumentar a gama de equipamentos em ensaio (motores de pequena potencia até motores de 700HP) com consequente redução dos tempos de ensaio e rodagem na saída das unidades e inerente redução de consumo de combustível e impacto ambiental.

No âmbito da internacionalização

A estratégia de desenvolvimento de negócio fora do País está fortemente alavancada na África Lusófona e nos países geograficamente mais próximos, tendo-se também explorado relações com o mercado chinês. Algumas das ações mais relevantes:

/ Em Moçambique, aproveitando as boas relações políticas entre os dois Estados, a EMEF assinou acordos de cooperação com os CFM (Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique);

/ Em Angola as negociações com as 3 empresas gestoras do Caminho de Ferro de Angola, com o Regulador e com o Poder Político têm decorrido em clima de cooperação estreita, havendo já acordos assinados com a Empresa Caminhos de Ferro de Luanda e alguma troca de experiência materializada em intervenções técnicas realizadas por Engenheiros da EMEF em algumas locomotivas;

/ Na Tunísia, a EMEF estabeleceu vias de desenvolvimento de Negócio com diferentes clientes tendo já respondido a um concurso internacional para a reabilitação de locomotivas de manobras;

/ No Senegal a EMEF desenvolveu várias iniciativas comerciais com apoio da AICEP, aproveitando a presença em Lisboa de representantes de empresas e do poder político Senegalês. Foram efetuadas visitas às oficinas da EMEF, tendo aquelas empresas manifestado interesse em consultar a EMEF para as ações que venham a desenvolver em 2015;

/ No Golfo Pérsico a EMEF tem sido convidada para participar ativamente na definição da estratégia para o desenvolvimento de Redes Ferroviárias, quer na vertente da ferrovia pesada quer na ferrovia ligeira, como é o caso dos metros de superfície;

/ Na China, em maio de 2014 a EMEF esteve em Pequim, tendo sido assinado um memorando de entendimento e cooperação técnica e industrial com a China CNR Corporation Ld.^ª, a maior empresa ferroviária do Mundo, visando a garantia “*after sales*”, nomeadamente em África e na América Latina.

A EMEF mantém ainda relações industriais e comerciais em Espanha, França, Suíça, Alemanha, Noruega e Reino Unido.

Gestão dos meios

Efetivo

No final do exercício de 2014 (31 de Dezembro), a EMEF contava com 1030 colaboradores ao serviço, uma redução de 4% face ao final de 2013.

O absentismo situou-se nos 8,86%, subindo 2,03% relativamente a 2013. A principal causa do absentismo na EMEF continuou a ser a "Doença", tendo subido 2% relativamente ao ano transato.

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais a EMEF manteve e incrementou em 2014 a orientação para a formação interna. Assim, as ações de formação interna corresponderam a 89% das horas de formação ministradas e as ações de formação externa a 11%. Nessas ações de formação participaram 1.549 formandos, tendo sido ministradas 13.781 horas de formação,

Rendimentos

O Volume de Negócios da EMEF registou em 2014 um crescimento de cerca de 8% face a 2013.

Em termos da evolução do volume de negócios por cliente a CP, a CP Carga e a Prometro são os clientes mais importantes da empresa que, em conjunto, representam 90,3% das vendas e prestações de serviço da empresa.

Em 2014, os segmentos de manutenção e reparação têm um peso praticamente equilibrado e uma evolução favorável de ambos os segmentos de atividade face ao ano de 2013.

Segmento de Atividade (Valores em €)	2014	2013	Variação	
			Valor	%
Reparação	27.212.795	24.335.106	2.877.689	12%
Manutenção	27.660.608	26.585.333	1.075.275	4%
TOTAL	54.873.403	50.920.439	3.952.964	8%

Investimentos

Prosseguindo uma política de contenção nos investimentos, os mesmos confinaram-se aos equipamentos estritamente necessários para a prossecução da atividade da empresa, ascendendo no exercício de 2014 a cerca de 108 mil euros, concentrando se em obras realizadas nas instalações da empresa e melhorias a nível de sistemas de informação.

Resultados

O Resultado Líquido da EMEF registou uma melhoria de 4,3 milhões de euros relativamente ao ano de 2013. Esta evolução resultou do efeito conjugado da melhoria do Resultado Operacional e da diminuição do passivo financeiro e das taxas de juro que sobre ele recaem.

O Resultado Operacional, teve uma variação de +3,9 milhões de euros relativamente ao ano transato. Tal justifica-se pelo aumento da atividade operacional da empresa, tendo os rendimentos operacionais registado um acréscimo na ordem dos 5% a que correspondem +2,9 milhões de euros. O aumento dos rendimentos é justificado principalmente por um maior volume de intervenções de reparação.

No ano de 2014, registou-se uma ligeira diminuição nos gastos operacionais da empresa, no valor de 1,1 milhões de euros. A redução mais significativa verificou-se nas rubricas de Gastos com Pessoal (sem rescisões no valor de -3,3 milhões de euros) e Outros Gastos (no valor de -1,2 milhões de euros). Para a redução referida contribuiu também o incremento nas rescisões por mútuo acordo no valor de 1,7 milhões de euros, bem como o aumento dos subcontratos no valor de 1,1 milhões de euros.

A diminuição registada na rubrica de juros e gastos similares suportados deve-se essencialmente à redução das taxas de juro de referência dos contratos de financiamento em vigor, à melhoria das condições de financiamento junto do Acionista e da Banca e a uma menor utilização dos plafonds dos descobertos bancários.

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2014	31-12-2013	Valor	%
Vendas e serviços prestados	54.993.577	50.935.813	4.057.764	8%
Subsídios à exploração	52.329	150.587	-98.258	-65%
Ganho/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	357.737	285.213	72.524	25%
Varição nos inventários de produção	-120.173	-15.374	-104.799	-682%
Trabalhos para a própria entidade	2.637	0	2.637	100%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-13.895.729	-13.564.239	-331.490	-2%
Fornecimentos e serviços externos	-11.137.705	-9.599.103	-1.538.602	-16%
Gastos com o pessoal	-28.136.555	-29.821.725	1.685.170	6%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-83.395	358.283	-441.678	-123%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.100	181.252	-170.152	-94%
Provisões (aumentos/reduções)	11.446	140.618	-129.172	-92%
Outros rendimentos e ganhos	1.815.900	1.571.345	244.555	16%
Outros gastos e perdas	-385.843	-991.996	606.153	61%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3.485.325	-369.326	3.854.651	1044%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.241.271	-1.317.287	76.016	6%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.244.053	-1.686.613	3.930.666	233%
Juros e gastos similares suportados	-1.244.552	-1.664.455	419.903	25%
Resultado antes de impostos	999.502	-3.351.068	4.350.570	130%
Imposto sobre o rendimento do período	-90.017	-39.217	-50.800	-130%
Resultado líquido do período	909.485	-3.390.285	4.299.770	127%

/ FERNAVE

Sumário executivo

A FERNAVE encerrou o exercício de 2014 com uma melhoria do Resultado Líquido de 13,6% (cerca de + 107 mil euros) face ao exercício de 2013, mantendo-se no entanto ainda negativo em 674.735 euros.

Esta melhoria deveu-se a um ligeiro acréscimo do Resultado Operacional, conseguida mediante a diminuição significativa dos gastos, que se concretizou em ambiente adverso de restrição económica e financeira da economia portuguesa e das empresas de transporte que constituem o seu mercado natural. A aposta na concepção e no lançamento de produtos e serviços inovadores orientados para o Cliente, quer a nível nacional quer para o mercado externo, com especial relevo para o Africano (sobretudo Angola e Moçambique) contribuiu de modo relevante para o Resultado alcançado.

Em 2014 a sua participada TRANSCOM realizou a entrada de um novo accionista- ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa com 13,1 % do capital Social, o que alterou a participação da Fernave de 22 % para 19,1 %.

Operação

Em 2014 a Fernave levou a cabo a sua atividade, tanto no mercado interno como externo nas seguintes áreas:

Formação

Contribuiu para o desenvolvimento de competências e aumento da qualificação de cerca de 4.248 colaboradores de empresas, no âmbito do sector dos transportes e sua envolvente, ministrando aproximadamente 11.295 horas de formação.

Prestou serviços de formação não só nas suas áreas específicas de intervenção a nível ferroviário - tracção, gestão de operações ferroviárias e instalações fixas - mas também na área rodoviária, portuária e nas áreas de âmbito comportamental (incluindo gestão), informática e línguas.

Relativamente à área portuária realizou projectos formativos para Clientes Privados, quer nacionais quer internacionais, no âmbito da nova Lei do Trabalho Portuário.

Entrou em novas áreas de formação tendo em parceria com uma empresa na indústria da pasta do papel, encetado um Curso de Operador de Processo, onde ministrou formação nas áreas de conhecimento base, visando a posterior integração dos alunos na empresa.

Conquistou novos mercados ao ministrar formação em Espanha para uma empresa de manutenção de material circulante catalã, onde ministrou formação sobre os sistemas tecnológicos básicos de material circulante ferroviário, a operadores de manutenção já no activo.

Reforçou a sua estratégia de comunicação e posicionamento no mercado, promovendo diversas iniciativas, nomeadamente por via da realização de acções de partilha do conhecimento disponibilizadas ao mercado em formato de seminários temáticos.

Consultadoria

Deu sequência à venda/prestação e serviços no exterior, nas áreas da formação e Consultadoria, concretamente em Angola e Moçambique.

Os projectos realizados nesta área podem ser agregados nas seguintes especialidades: Assessoria Empresarial e Organizacional, Gestão do Capital Humano, Desenvolvimento de Competências, Felicidade Organizacional, "Logística de RH's" e Certificação Ferroviária.

Avaliação psicológica

Deu continuidade à avaliação psicológica, com carácter periódico, dos colaboradores de diversas entidades, contribuindo para o controlo e manutenção das características necessárias ao desempenho das funções para as quais foram recrutados. Realizou cerca de 805 exames psicológicos.

Realça-se ainda o projecto realizado para a CP no âmbito da avaliação dos impactos dos riscos psicossociais junto dos Operadores de Revisão e Venda (ORV's) dos serviços urbanos de Lisboa e Porto e da linha do Algarve.

Gestão dos meios

Efetivo

A empresa reduziu em 50% o seu efectivo desde 2010, ano em que contava com 58 colaboradores.

No final do exercício de 2014 (31 de Dezembro), a Fernave contava com 28 colaboradores ao serviço.

Dos 28 colaboradores pertencentes aos quadros da Empresa, 7 estão em regime de cedência, sendo 6 efetivos pertencentes à CP e 1 à REFER.

Neste exercício, manteve-se o volume de trabalho suplementar relativamente a 2013, representando apenas 0,2% do potencial de horas do ano.

A taxa de absentismo diminuiu cerca de 47 %, situando-se em 2,7 %.

No exercício de 2014, não houve registos de sinistralidade.

Recursos materiais e tecnológicos

A Empresa, no âmbito da sua intervenção core - actividade formativa - cumpre um conjunto de requisitos ao nível de materiais e equipamentos pedagógicos. De igual forma, a actividade de recrutamento e psicologia recorre a equipamento e *software* específico.

A Fernave exerce actividade em três instalações localizadas ao longo do país: Lisboa Entroncamento e Porto.

Proveitos

Proveitos	2014	2013	Variação	
			Valor	%
Formação	884.325	1.163.821	-279.496	-24%
Psicologia	50.580	33.081	17.499	53%
Consultadoria	162.267	271.982	-109.715	-40%
Outros Serviços	988	380	608	160%
TOTAL	1.098.160	1.469.264	-371.104	-25%

À excepção da Unidade de Avaliação Psicológica, houve em 2014 um decréscimo da actividade da Empresa (com especial impacto na actividade de Consultadoria). Em termos globais o decréscimo da actividade situou-se nos 25 %.

Resultados

Em 2014, apesar de não ter conseguido o equilíbrio operacional, é de salientar que o EBIT registou uma recuperação na ordem dos 10 % e o Resultado Líquido, apesar de negativo, melhorou cerca de 14%. O EBITDA, apesar de continuar negativo em cerca de 395 milhares de euros, apresenta uma melhoria de 34 milhares de euros (8 %) face a 2013. Esta variação deveu-se fundamentalmente à redução dos Gastos Operacionais, especialmente da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos que decresceu cerca de 29%, e aos Gastos com Pessoal que decresceram cerca de 4%. O decréscimo dos Fornecimentos e Serviços Externos deveu-se essencialmente à diminuição nos gastos com subcontratos, que acompanhou o decréscimo nos rendimentos com a prestação dos serviços de formação.

A rubrica "Outros Gastos e Perdas" apresentou uma diminuição de cerca de 62 %, fruto da poupança significativa nas rubricas de imposto de selo de comissões bancárias. Estas poupanças resultaram da liquidação dos empréstimos bancários que foram substituídos por empréstimos concedidos pelo accionista.

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2014	31-12-2013	Valor	%
Vendas e serviços prestados	1.098.160	1.469.264	-371.104	-25%
Fornecimentos e serviços externos	-647.115	-908.585	261.470	29%
Gastos com o pessoal	-945.341	-983.983	38.642	4%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2.694	4.082	-1.388	-34%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	107.170	46.119	61.051	132%
Outros rendimentos e ganhos	18.467	21.918	-3.451	-16%
Outros gastos e perdas	-28.694	-77.179	48.485	63%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-394.659	-428.364	33.705	8%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-105.399	-129.141	23.742	18%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-500.058	-557.505	57.447	10%
Juros e rendimentos similares obtidos	1.335	1.340	-5	0%
Juros e gastos similares suportados	-164.331	-216.637	52.306	24%
Resultado antes de impostos	-663.054	-772.802	109.748	14%
Imposto sobre o rendimento do período	-11.681	-8.939	-2.742	-31%
Resultado líquido do período	-674.735	-781.741	107.006	14%

/ ECOSAÚDE

Sumário executivo

EM 2014 a ECOSAÚDE deu continuidade ao seu processo de reestruturação e assim continuou a sua reorganização e saneamento financeiro. Terminou o ciclo de renovação das infraestruturas com a mudança de instalações em Lisboa e reduziu em 8% o seu efectivo. Embora estas medidas tenham onerado a conta de exploração em 2014 permitirão à empresa regressar ao equilíbrio financeiro em anos futuros.

Operação

A ECOSAÚDE desenvolve a sua atividade em várias áreas:

Gestão de operações

Os gestores consolidaram o desenvolvimento de novos modelos de serviço ao cliente, consubstanciado na prestação da actividade fora das instalações da empresa e na oferta de serviços integrados. Ao nível da optimização dos processos realça-se a entrada em produção do novo Sistema de Informação de Suporte à Atividade que permitiu, entre outras, aos clientes a consulta dos seus processos num portal de internet.

Medicina no trabalho

Continuaram a ser desenvolvidas acções de prevenção de riscos para a saúde do trabalhador, e mitigação da ocorrência de doenças profissionais através de vigilância e acompanhamento por Médicos Especialistas, Enfermeiros de Trabalho e Técnicos de Saúde.

Segurança no trabalho

Registou-se em 2014 um crescimento da atividade de serviços de consultadoria e auditoria para garantir a melhoria das condições de trabalho e a prevenção de acidentes.

Prevenção e controlo de dependências

Tem como principais objetivos inibir o consumo de álcool e drogas no ambiente de trabalho e apoiar a assistência a trabalhadores afetados pelos consumos excessivos. Durante o ano de 2014 realizaram-se cerca de 12.410 intervenções de controlo.

Gestão de sinistros

No âmbito da Medicina de Acidentes de Trabalho foram prestados 1.123 atos médicos, menos 29 do que no ano anterior.

A empresa tem também em regime de prevenção e disponibilidade permanente, no âmbito dos Planos de Emergência Ferroviária da CP, um Gabinete de Emergência, dotado de um conjunto de profissionais de saúde e segurança que prestam serviços de auxílio e informação aos passageiros. Durante o ano de 2014 este Gabinete não foi activado.

Especialidades médicas

Para complementar a atividade da saúde no trabalho, a empresa apoia as organizações e os seus colaboradores através de diversas especialidades médicas, criando condições para a prevenção, deteção e tratamento de cada situação. No ano de 2014 foram realizadas 4.311 consultas de especialidade e 99 tratamentos de enfermagem (em 2013 foram realizados 4.628 consultas e 133 tratamentos de enfermagem)

Formação

Atividade formativa nas áreas de Segurança e Saúde com o objetivo de estimular a cultura de segurança e o desenvolvimento das condições de trabalho. Nesse sentido, presta serviços de formação interempresas, nas temáticas e conteúdos transversais a todas as organizações e sectores de atividade, mas também ministra intraempresa, à medida das necessidades específicas de cada organização.

Resumo da atividade

Área	Número de Intervenções	
Medicina no Trabalho	11.602	atos médicos e de saúde no trabalho
Segurança no Trabalho	1.335	Intervenções de Segurança no Trabalho
Prevenção e Controlo de Dependências	12.410	Intervenções de Controlo
Gestão de Sinistros	O Gabinete de Emergência não foi ativado em 2014	
	1.123	Atos de Medicina de Acidentes
Especialidades Médicas	4.311	Consultas de especialidade
	99	Tratamentos de enfermagem
Formação	74	Ações de formação
	758	Formandos
	6.883	Horas de formação.

Gestão dos meios

Efetivo

A empresa dispõe de 23 colaboradores do quadro (22 contratados sem termo e 1 a termo certo) e 55 prestadores de serviços qualificados.

Resultados

No ano de 2014 a empresa inverteu a tendência de queda do Volume de Negócios (VN), registando um crescimento de 1,2% (nos anos anteriores havia reduzido em 6% o VN). O EBITDA foi negativo no valor de -20 mil euros, o Resultado Operacional ascendeu a -91 mil euros e o Resultado Líquido atingiu os -126 mil euros.

Salienta-se, no entanto, que durante o ano de 2014 ocorreram operações extraordinárias e não recorrentes que oneraram o Resultado Operacional em 130 milhares de euros:

- / Redução de 8% do efectivo por meio de rescisões de contrato de trabalho por mútuo acordo;
- / Mudança de instalações para o Parque das Nações o que, além do investimento, implicou o reconhecimento de 9 milhares de euros de gastos de natureza extraordinária e não recorrente, originados pelo abate de obras de beneficiação realizadas em anos anteriores nas antigas instalações, ainda não amortizadas;
- / Reconhecimento de Gastos com Pessoal não planeados no montante de 49 milhares de euros decorrentes da declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional da redução salarial prevista na Lei do Orçamento de Estado;
- / Reconhecimento de gastos e Rendimentos de Natureza Extraordinária relacionados com anos anteriores, com impacto no Resultado Operacional no valor de 13 milhares de euros.

Estas medidas de gestão oneraram a conta de exploração do ano de 2014, o que prejudicou os resultados do exercício, mas claramente beneficiou a competitividade da empresa nos anos futuros, assim como racionalizou a sua estrutura de custos. Ajustados estes eventos de natureza extraordinária o EBITDA seria no valor de +110 mil euros, o Resultado Operacional ascenderia a +39 mil euros e o Resultado Líquido no período seria de +4 mil euros.

Em termos de tesouraria, a empresa foi autónoma, tendo o Cash Flow Operacional excedido as necessidades de investimentos e serviços da dívida.

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2014	31-12-2013	Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	2.081.745	2.057.630	24.115	1%
Fornecimentos e Serviços Externos	-1.214.315	-1.244.063	29.748	2%
Gastos com o pessoal	-816.265	-769.406	-46.859	-6%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-3.380	70	-3.450	-4929%
Provisões (aumentos/reduções)	0	26.000	-26.000	-100%
Outros Rendimentos e Ganhos	3.842	5.522	-1.680	-30%
Outros Gastos e Perdas	-72.057	-79.951	7.894	10%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	-20.430	-4.198	-16.232	-387%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-70.432	-61.302	-9.130	-15%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	-90.862	-65.500	-25.362	-39%
Juros e Gastos Similares Suportados	-27.555	-46.267	18.712	40%
Resultado Antes de Impostos	-118.417	-111.767	-6.650	-6%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-7.651	-7.468	-183	-2%
Resultado Líquido do Período	-126.068	-119.235	-6.833	-6%

/ SAROS

Sumário executivo

No seguimento do verificado em anos anteriores a SAROS teve um Resultado Líquido positivo de 269,8 milhares de euros. Este resultado foi inferior em 5,9% face ao ano anterior devido ao decréscimo verificado essencialmente pela diminuição da rubrica de "Vendas e Serviços Prestados". Importa referir que em 2013 se verificou um recebimento avultado de comissões da Seguradora Fidelidade, no valor de 152,8 milhares de euros, referentes a acertos de comissões referentes ao ano de 2012. Neste cenário a gerência empenhou-se na prossecução de uma política que permitisse a minimização dos gastos.

Operação

A Carteira de seguros da SAROS é composta quase na sua totalidade por empresas do Grupo CP, a qual gera rendimentos (comissões) que são pagas pelas Seguradoras à SAROS.

Para cada um dos ramos de seguros, a SAROS tem negociada uma comissão, a qual se encontra suportada por um Contrato de Mediação, celebrado com cada uma das Seguradoras.

No desempenho da sua atividade, a empresa presta assessoria, apoio e aconselhamento às empresas, para a obtenção das melhores combinações entre coberturas dos riscos da atividade e os prémios a pagar.

Em outubro de 2014 a CP procedeu à nomeação da SAROS como mediadora das apólices de saúde do Grupo CP. Estas apólices podem gerar comissões anuais expressivas para a dimensão da SAROS.

Gestão dos meios

Efetivo

A SAROS desenvolveu a sua atividade com o funcionamento corrente assegurado apenas pela Gerência. Atendendo à especificidade da atividade da SAROS, é legalmente obrigatório que um dos Gerentes seja mediador de seguros, pelo que, a Gerência é constituída por dois Gerentes, um membro do Conselho de Administração da CP, e por um outro membro, o qual é responsável pela atividade da mediação de seguros, encontrando-se habilitado como mediador de seguros, junto da ASF (anterior ISP).

Proveitos

Em 2014, apesar de se ter verificado um acréscimo de comissões referentes a alguns ramos (designadamente Acidentes de Trabalho e Multiriscos), esse acréscimo não foi suficiente para atenuar as reduções verificadas, em particular no que se refere ao Ramo de Saúde (menos 75,9 milhares de euros face ao ano anterior).

No que diz respeito ao Ramo de Saúde, a nomeação da SAROS, por parte da CP, enquanto mediadora das apólices de

saúde do Grupo CP, foram decisivas para que a SAROS auferisse, a partir de outubro de 2014 (data de renovação das apólices), comissões de mediação relevantes (na ordem dos 99,7 milhares de euros).

O Ramo de Acidentes de Trabalho foi o que apresentou maior peso 47,7%, seguido do Ramo de Saúde, que representou 29,7% e da Responsabilidade Civil com 13,9%. Estes 3 ramos conjuntamente reuniram 91,3% das comissões obtidas.

Ramos	2014	2013	Variação	
			Valor	%
Acidentes Pessoais	1	8	-7	-87%
Acidentes de Trabalho	160	129	32	25%
Mercadorias Transportadas	0	3	-3	-100%
Saúde	100	176	-76	-43%
Multiriscos Empresas	19	12	7	57%
Responsabilidade Civil	44	49	-5	-9%
Outros	12	12	0	-3%
TOTAL	336	388	-52	-13%

As Seguradoras com maior peso no total das comissões auferidas foram a Mapfre, com 51,05% das comissões auferidas, e a Fidelidade que representou 47,73%. Assim sendo, estas duas Seguradoras conjuntamente representaram 98,8%.

Resultados

Os Resultados líquidos apurados em 2014 totalizaram 269,8 milhares de euros, valor que se revelou inferior em 5,9% face ao ano anterior. Este decréscimo foi motivado, em grande medida, pela redução verificada na rubrica “Vendas/Serviços prestados”, a qual teve uma variação negativa de 13,4% face a 2013 e pelas razões mencionadas no Sumário Executivo.

Importa realçar o contributo positivo que a rubrica “Fornecimentos e Serviços externos” apresentou nos Resultados apurados, rubrica essa que, em 2014, atingiu uma redução na ordem dos 82,5% em comparação com o verificado em 2013.

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2014	31-12-2013	Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	335.868	387.756	-51.888	-13%
Fornecimentos e Serviços Externos	-7.051	-40.321	33.270	83%
Custos com o pessoal	-48.103	-43.499	-4.604	-11%
Outros Rendimentos e Ganhos	1.257	1.356	-99	-7%
Outros Gastos e Perdas	-8.785	-14.612	5.827	40%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	273.186	290.681	-17.495	-6%
Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização	0	0	0	0%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	273.186	290.681	-17.495	-6%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	747	417	330	79%
Resultado Antes de Impostos	273.933	291.098	-17.165	-6%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-4.105	-4.349	244	6%
Resultado Líquido do Período	269.828	286.749	-16.921	-6%

Análise económico- -financeira



Análise económico-financeira

/ Evolução da conta de exploração

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2014.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em m€)	PERÍODOS		Variação 2014/2013	
	REAL 31-12-2014	REAL 31-12-2013	Valor	%
Vendas e serviços prestados	292.837	276.792	16.044	6%
Subsídios à exploração	17.980	34.534	-16.554	-48%
Variação nos inventários da produção	-120	-15	-105	-682%
Trabalhos para a própria entidade	9.688	10.845	-1.156	-11%
Outros rendimentos e ganhos	60.502	23.315	37.187	159%
SUB-TOTAL	380.887	345.471	35.416	10%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-24.301	-24.950	648	3%
Fornecimentos e serviços externos	-164.896	-162.087	-2.809	-2%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações)	-143.600	-140.199	-3.401	-2%
Outros gastos e perdas	-11.464	-7.543	-3.921	-52%
SUB-TOTAL	-344.260	-334.778	-9.482	-3%
Resultado operacional da atividade de transportes* (EBITDA)	36.627	10.693	25.934	243%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-70.866	-74.986	4.120	5%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-4.707	-2.524	-2.183	-86%
Indemnizações por rescisão	-5.136	-7.342	2.206	30%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	400	627	-227	-36%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-201	236	-437	-185%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1.458	789	669	85%
Provisões (aumentos/reduções)	10.790	4.522	6.267	139%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	10.721	-7.363	18.084	246%
Resultado operacional	-20.914	-75.349	54.435	72%
Aumento/Reduções de Justo Valor	65.456	66.022	-566	-1%
Juros e rendimentos similares obtidos	59	238	-179	-75%
Juros e gastos similares suportados	-207.505	-216.104	8.599	4%
Resultado financeiro	-141.990	-149.844	7.854	5%
Resultado antes de impostos	-162.904	-225.193	62.289	28%
Imposto sobre o rendimento do período	1.559	-422	1.981	469%
Resultado líquido do período	-161.345	-225.615	64.270	28%

RESULTADO OPERACIONAL DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (EBITDA)	36.627	10.693	25.934	243%
Indemnizações por rescisão	-5.136	-7.342	2.206	30%
Aplicação MEP, justo valor, imparidade e provisões	23.168	-1.189	24.357	2048%
Depreciações	-75.573	-77.511	1.938	3%
RESULTADO OPERACIONAL	-20.914	-75.349	54.435	72%
RESULTADO FINANCEIRO	-141.990	-149.844	7.854	5%
RESULTADO LÍQUIDO	-161.345	-225.615	64.270	28%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos

O Grupo encerrou o exercício de 2014 com um resultado líquido de -161,3 milhões de euros, 64,3 milhões de euros acima (+28%) do registado em 2013. Esta variação foi motivada fundamentalmente pelo incremento das vendas e serviços prestados em 16 milhões de euros, pelo aumento dos outros rendimentos e ganhos em 37,2 milhões de euros, fruto essencialmente da alienação dos terminais de mercadorias à REFER e pela melhoria generalizada das restantes rubricas do resultado operacional não relacionadas com a atividade de transporte, nomeadamente no que respeita a provisões e imparidades, cujos encargos diminuíram cerca de 22,2 milhões de euros.

De realçar o facto desta melhoria ter sido conseguida num exercício em que os subsídios concedidos pelo Estado à exploração do Grupo CP apresentaram uma forte redução (-16,6 milhões de euros, isto é, cerca de -48%).

A melhoria registada no resultado financeiro no valor de 7,9 milhões de euros resultou fundamentalmente da diminuição dos spreads das taxas de juro em todos os empréstimos que se venceram e para os quais houve necessidade de contratar novos empréstimos de substituição.

O EBITDA positivo em 36,6 milhões de euros, apresenta-se 25,9 milhões de euros acima do registado em 2013, em virtude do crescimento, já referido, das vendas e serviços prestados e dos outros rendimentos e ganhos. Este indicador foi, no entanto, afetado negativamente pela diminuição dos subsídios à exploração, igualmente já referida, bem como pelo aumento dos gastos com pessoal sem rescisões, dos fornecimentos e serviços externos e dos outros gastos e perdas.

De salientar que, o crescimento verificado nos gastos com pessoal sem rescisões, no valor de 3,4 milhões de euros, decorreu essencialmente de se ter efetuado um ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho de 11,1 milhões de euros, o que se tornava necessário para que o Grupo CP tivesse a possibilidade de vir a beneficiar, no futuro, de crédito tributário decorrente da aplicação da Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto. Este movimento teve, no entanto, contrapartida de igual montante na redução das provisões constituídas para estas pensões, pelo que em termos contabilísticos não teve qualquer impacto nos resultados do Grupo.

No que respeita aos fornecimentos e serviços externos, apesar do esforço generalizado de contenção de gastos na maioria das rubricas, verificou-se um acréscimo no valor de 2,8 milhões de euros, com origem fundamentalmente na rubrica de taxa de utilização da infraestrutura (+3,2 milhões de euros).

Os outros gastos e perdas apresentam um aumento de 3,9 milhões de euros, face a 2013, em resultado do abate de material circulante realizado no decurso do ano 2014.

Ao nível das restantes rubricas do resultado operacional que não contribuem para o EBITDA do Grupo, destacam-se a diminuição das imparidades de investimentos não depreciáveis em 18 milhões de euros, em resultado da não constituição de imparidades adicionais para os ativos não correntes detidos para venda e da reversão das imparidades constituídas para material circulante entretanto abatido e/ou reafectado à atividade operacional da empresa, bem como a redução da provisão constituída para os acidentes de trabalho em 11,1 milhões de euros, já referida anteriormente.

/ Evolução das principais rubricas do balanço

RUBRICAS (valores em milhares de €)	PERÍODOS		Variação 2014/2013	
	31-12-2014	31-12-2013	Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	821.756	901.632	-79.876	-9%
Ativo Corrente	152.734	168.412	-15.678	-9%
Total do Ativo	974.490	1.070.044	-95.554	-9%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio	-3.569.003	-3.406.715	-162.288	-5%
Resultado Líquido do período	-161.345	-225.615	64.270	28%
Total do Capital Próprio	-3.569.003	-3.406.715	-162.288	-5%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	3.584.446	1.926.437	1.658.009	86%
Passivo Corrente	959.047	2.550.323	-1.591.275	-62%
Total do Passivo	4.543.493	4.476.760	66.734	1%
Total do Capital Próprio + Passivo	974.490	1.070.044	-95.554	-9%

Ativo

No período em análise, o ativo do Grupo CP diminuiu 95,6 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- / Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 82,7 milhões de euros em resultado da alienação à REFER dos terminais de mercadorias e das depreciações destes ativos apenas terem sido parcialmente compensadas pelo investimento realizado;
- / Reconhecimento de ativos por impostos diferidos no valor de 2,5 milhões de euros em resultado da adesão da CP ao regime aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto), possibilitando nesse contexto a obtenção de créditos tributários relacionados com a aplicação do referido regime no tratamento das pensões por acidentes de trabalho;
- / Diminuição do saldo de clientes em 2 milhões de euros com origem essencialmente na regularização do saldo do cliente BCC;
- / Diminuição do saldo do Estado e Outros Entes Públicos em 4 milhões de euros fruto da diminuição do valor de IVA a regularizar em resultado do desfecho favorável de processo no Tribunal Tributário;
- / Diminuição das outras contas a receber em 2,5 milhões de euros, em resultado essencialmente da regularização de valores em dívida pela REFER, na sequência de acordo de pagamento celebrado;
- / Diminuição dos outros ativos financeiros em 16 milhões de euros decorrente do vencimento e utilização do valor das aplicações financeiras de curto prazo existentes no IGCP para fazer face às necessidades de tesouraria da empresa;
- / Diminuição do valor de imparidade nos ativos não correntes detidos para venda, no montante de 4 milhões de euros, em resultado do abate de material circulante classificado nesta rubrica do balanço (10 UTD's 6000 e uma ALLAN) e da reclassificação para ativos fixos de material afeto à exploração; e
- / Aumento do saldo de caixa e depósitos bancários em 14 milhões de euros decorrente de pagamento da REFER resultante de encontro de contas concretizado em 31/12/2014.

Passivo

O total do Passivo da CP registou um incremento de 66,7 milhões de euros, no período em análise, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- / Diminuição das provisões constituídas em 9 milhões de euros, em resultado fundamentalmente da anulação das provisões constituídas para fazer face a responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho, na sequência das alterações de tratamento contabilístico decorrentes da aplicação da Lei n.º61/2014 de 26 de agosto;
- / Aumento dos financiamentos obtidos no valor de 276,8 milhões de euros, verificando-se uma substituição dos financiamentos de curto prazo por financiamentos de médio e longo prazo. Este aumento da dívida cingiu-se exclusivamente ao necessário para assegurar o pagamento de juros e da dívida à REFER;
- / Aumento das outras contas a pagar no passivo não corrente em 11,1 milhões de euros devido à alteração do procedimento contabilístico dos benefícios de empregados relacionados com pensões de acidentes de trabalho, o que se tornava necessário para o Grupo poder vir a beneficiar no futuro de crédito tributário decorrente da aplicação da Lei n.º61/2014 de 26 de agosto;
- / Diminuição das dívidas a fornecedores e outras contas a pagar no curto prazo no valor de 138,6 milhões de euros, contribuindo para esta diminuição fundamentalmente o pagamento da dívida histórica à REFER;
- / Diminuição dos diferimentos no valor de 10 milhões em resultado da diminuição dos rendimentos a reconhecer relacionados com subsídios ao investimento; e
- / Variação positiva dos *swaps* potencialmente desfavoráveis entre 31/12/13 e 31/12/14 em 65,5 milhões de euros.

Perspectivas para 2015



Perspectivas para 2015

Os sinais de recuperação económica, o clima de paz laboral decorrente dos acordos celebrados com as Organizações Representativas dos Trabalhadores e uma aposta mais efetiva em políticas comerciais e de comunicação, permitiram infletir a situação de perda de procura que se verificou nos últimos anos e constituem um estímulo para a melhoria dos níveis de atividade do grupo CP para 2015.

Prevê-se que, em 2015, a economia portuguesa deverá acelerar a recuperação económica iniciada em 2014, desempenho associado à manutenção dos níveis de crescimento das exportações e a um incremento moderado das importações, bem como à reposição contida dos níveis de investimento e estabilização do consumo privado, a par de um esforço continuado de disciplina orçamental.

Apesar dos diversos indicadores de conjuntura sugerirem um cenário favorável, permanecem incertezas de carácter orçamental e riscos associados à possibilidade de um desempenho menos positivo do que o previsto para a economia da área do euro que podem influenciar negativamente a evolução do crescimento económico. Assim, o foco estratégico mantém-se na obtenção da sustentabilidade económica e financeira do Grupo e na viabilização das empresas participadas pela CP.

No caso da CP, para a obtenção do equilíbrio orçamental, as orientações estratégicas do Conselho de Administração, definidas em consonância com as orientações das Tutelas financeira e sectorial e com as orientações contidas no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI) para o horizonte de 2014-2020, são as seguintes:

- / Criação / manutenção da paz social e valorização dos trabalhadores;
- / Aprofundamento do diálogo com o gestor da infraestrutura;
- / Definição do parque e valorização do material circulante;
- / Combate à quebra da procura, definindo uma política de preços potenciadora da procura e dos rendimentos e utilizando plataformas digitais enquanto elementos centrais da estratégia de proximidade dos clientes;
- / Combate à fraude;
- / Adequação da oferta à procura;
- / Redução de gastos;
- / Rentabilização de ativos não core.

Quanto à CP Carga, irá dar continuidade à implementação de medidas de reestruturação que potenciem a procura e a rentabilização da oferta de transporte e dos recursos envolvidos, que se consubstanciem numa adequada preparação da empresa para a disputa do mercado em condições concorrenciais, com um posicionamento crescente em tráfegos de interesse estratégico em linha com o que se pretende tendo em vista o processo de privatização, que se prevê vir a ocorrer no futuro próximo.

Os principais objectivos definidos para esta empresa para 2015 passam por:

- / Desenvolver sustentadamente o tráfego nacional e internacional;
- / Promover a intermodalidade;
- / Promover a interoperabilidade além-fronteiras;
- / Incrementar a produtividade dos meios materiais;
- / Rentabilizar a frota de material circulante e aumentar a carga média por comboio (duplicar a carga por vagão no transporte de madeira);
- / Aumentar a eficácia nas vertentes, financeira (reduzir os prazos médios de faturação e recebimentos) e de recursos humanos.

A EMEF, tendo presente a decisão de se avançar para o processo de privatização da empresa, prevê dar continuidade aos esforços de melhoria na qualidade, bem como na eficácia e eficiência do modelo produtivo, estabelecer e promover a meritocracia na gestão, alavancar investimento e fazer um alargamento do negócio a novas geografias, mantendo a actual posição da empresa, de principal prestador de serviços de manutenção e reparação de material circulante ferroviário em Portugal.

Neste contexto, a empresa tem como principais objetivos para 2015:

- / Reestruturação com o objectivo de otimização de recursos;
- / Esforços na internacionalização e na criação de parcerias estratégicas;
- / Inovação tecnológica (actividades de I&D);
- / Introduzir uma dinâmica de gestão por objectivos, vocacionada para a obtenção de resultados.

Para a FERNAVE, na actual conjuntura onde se prespetivam grandes alterações no sector, torna-se imperioso dar continuidade ao processo de ajustamento consignado no Plano de Desenvolvimento Estratégico 2013-2015. O actual foco de intervenção (correspondente ao ADN ferroviário) deverá ser mais alargado e complementado, passando a integrar o conjunto dos restantes modos de transporte. Por outro lado, a conquista de novos mercados, casos da CPLC, será fundamental para garantir um volume de actividade consonante com a sustentabilidade da empresa.

Os principais objectivos para 2015 são:

- / Enfoque no mercado externo: quer no reforço da sua actividade quer no apoio à internacionalização de empresas;
- / Reforço da inovação e dinamização de novos produtos;
- / Reforço das parcerias e de uma estratégia de comunicação empresarial vocacionada para o mercado;
- / Alienação de bens não enquadráveis nas necessidades actuais: concretização da alienação do ativo direito de superfície em Moçambique – Maputo e eventual deslocalização da sede da Delegação de Lisboa para instalações mais próximas do universo ferroviário e com menores custos operacionais.

No caso da ECOSAÚDE, com a conclusão em 2014 do ciclo de renovação das infraestruturas com a mudança de instalações em Lisboa e com a diminuição do efectivo a cargo, processo a concluir em 2015, afiguram-se estar reunidas as condições para o regresso da empresa ao equilíbrio económico de forma sustentada.

A política de gestão da ECOSAÚDE para 2015 será focada em duas prioridades: o crescimento do volume das suas prestações de serviços e a racionalização da sua estrutura de gastos operacionais, tendo como principais objectivos para o ano:

- / Renegociação de contratos de prestação de serviços de fornecedores;
- / Esforço Comercial nas plataformas eletrónicas de contratação pública;
- / Prospecção em setores de atividade de riscos elevados.

Factos relevantes após o termo do exercício



Factos relevantes após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes que possam ter impacto nas contas, após a data de balanço.

Declaração de conformidade



Declaração de conformidade

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP- Comboios de Portugal, EPE e das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Grupo CP), e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo CP e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Lisboa, 16 de abril de 2015

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vice-presidente: Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal: Dra. Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal: Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstrações financeiras e anexos consolidados



Demonstrações financeiras e anexos consolidados

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2014 (valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	790.532.911	873.190.482
Ativos intangíveis	8	93.589	87.673
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	567.834	388.530
Participações financeiras - outros métodos	11	28.072.568	27.965.397
Ativos por impostos diferidos	12	2.488.729	
		821.755.631	901.632.082
Ativo corrente			
Inventários	15	23.163.479	23.419.446
Clientes	16	22.406.910	24.430.989
Adiantamentos a fornecedores	17	132.271	157.685
Estado e outros entes públicos	18	12.524.943	16.564.456
Acionistas/sócios	13		141.291
Outras contas a receber	19	16.353.400	18.811.919
Diferimentos	20	23.429.154	24.089.511
Ativos financeiros detidos para negociação	21	54	54
Outros ativos financeiros	22		16.000.000
Ativos não correntes detidos para venda	23	23.370.359	27.366.763
Caixa e depósitos bancários	4	31.353.777	17.429.987
		152.734.347	168.412.101
Total do ativo		974.489.978	1.070.044.183
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	24	1.995.317.000	1.995.317.000
Ações (quotas) próprias	25		
Outros instrumentos de capital próprio	26		
Prémios de emissão			
Reservas legais	27	24.703	24.703
Outras reservas	28	1.306.650	1.306.650
Resultados transitados	29	(5.495.796.519)	(5.269.105.740)
Ajustamentos em ativos financeiros	30	132.640	
Outras variações no capital próprio	31	91.357.368	91.357.368
Resultado líquido do período		(161.345.168)	(225.615.470)
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		(3.569.003.326)	(3.406.715.489)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	32	12.861.416	21.879.368
Financiamentos obtidos	33	3.560.523.531	1.904.557.689
Outras contas a pagar	34	11.061.019	
		3.584.445.966	1.926.437.057
Passivo corrente			
Fornecedores	35	47.447.420	159.348.184
Adiantamentos de clientes	36	780.308	880.328
Estado e outros entes públicos	18	8.541.481	6.476.085
Financiamentos obtidos	33	628.456.694	2.007.619.583
Outras contas a pagar	34	103.332.655	130.048.762
Diferimentos	20	166.785.214	176.790.475
Passivos financeiros detidos para negociação	37	3.703.566	69.159.198
		959.047.338	2.550.322.615
Total do passivo		4.543.493.304	4.476.759.672
Total do capital próprio e do passivo		974.489.978	1.070.044.183

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas - Dr.^a Ana Coelho

Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vice-Presidente - Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dr.^a Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral
Período findo em 31 de dezembro de 2014

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2014	31-12-2013
Vendas e serviços prestados	38	292.836.618	276.792.200
Subsídios à exploração	39	17.980.010	34.534.222
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	40	400.430	627.212
Variação nos inventários da produção	15	(120.173)	(15.374)
Trabalhos para a própria entidade	41	9.688.390	10.844.634
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	42	(24.301.132)	(24.949.567)
Fornecimentos e serviços externos	43	(164.896.043)	(162.087.219)
Gastos com o pessoal	44	(148.735.606)	(147.540.976)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	15	(200.776)	235.859
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16,19	1.457.858	788.574
Provisões (aumentos/reduções)	32	10.789.540	4.522.432
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	45	10.721.063	(7.363.249)
Outros rendimentos e ganhos	46	60.502.200	23.315.124
Outros gastos e perdas	47	(11.463.541)	(7.542.519)
Resultado antes de depreciações, justo valor, gastos de financiamento e impostos		54.658.838	2.161.353
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	49	(70.865.682)	(74.986.111)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	50	(4.706.977)	(2.524.434)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(20.913.821)	(75.349.192)
Aumentos/reduções de justo valor	48	65.455.632	66.022.026
Juros e rendimentos similares obtidos	51	58.788	237.594
Juros e gastos similares suportados	52	(207.504.825)	(216.103.554)
Resultado antes de impostos		(162.904.226)	(225.193.126)
Imposto sobre o rendimento do período	14	1.559.058	(422.344)
Resultado líquido do período		(161.345.168)	(225.615.470)

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas - Dr.^a Ana Coelho

Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vice-Presidente - Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dr.^a Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

(valores em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		
Posição no início do período de 2014:	1	24 a 31	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(5.289.105.740)	-	91.357.368	(225.615.470)	(3.406.715.689)
Alterações no período			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção do novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	30 a 31		-	-	-	-	-	-	132.640	-	-	-	132.640
Resultado líquido do período	2		-	-	-	-	-	-	132.640	-	-	-	132.640
Resultado integral	3		-	-	-	-	-	-	132.640	-	-	-	132.640
Operações com detentores de capital no período	4 = 2 + 3		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2014	5		1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(5.495.796.519)	132.640	91.357.368	(161.345.168)	(1.075.509)
Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.	6 = 1+2+3+5		1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(5.495.796.519)	132.640	91.357.368	(161.345.168)	(1.075.509)

Técnico Oficial de Contas - Dr.^a Ana Coelho

Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiro

Vice-Presidente - Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dr.^a Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2013

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital em anóforo	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio	
					Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio			
Posição no início do período de 2013	1, 22 a 29	1.995.317.000	-	-	24.703	1.306.650	(5.041.583.378)	-	(1.677.569)	-	273.720.024	(223.589.401)	(2.996.053.971)
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	27 a 29	-	-	-	-	-	(4.067.843)	1.677.569	-	-	(1.413.260)	-	(3.803.534)
Resultado líquido do período	2	-	-	-	-	-	(4.067.843)	1.677.569	-	-	(1.413.260)	-	(3.803.534)
Resultado integral	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(226.516.513)	(226.516.513)
Operações com detentores de capital no período	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(226.516.513)	(240.320.047)
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	(223.589.401)	-	-	-	-	223.589.401	223.589.401
Posição no fim do período de 2013	5 = 1+2+3+4	1.995.317.000	-	-	24.703	1.306.650	(5.268.812.622)	-	-	-	262.306.764	(226.516.513)	(5.246.574.018)
Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.													

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vice-Presidente - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração consolidada de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2014
Período findo em 31 de dezembro de 2014

(valores em €)

RUBRICAS	31-12-2014	31-12-2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	345.189.681	343.271.710
Pagamentos a fornecedores	-363.535.164	-137.155.389
Pagamentos ao pessoal	-133.294.108	-137.180.676
Caixa gerada pelas operações	-151.639.591	68.935.645
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-170.810	-995.387
Outros recebimentos/pagamentos	34.860.495	9.564.777
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-116.949.906	77.505.035
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	-1.019.970	-2.641.121
<i>Ativos intangíveis</i>	-8.829	-5.806
<i>Investimentos financeiros</i>	0	14.303
<i>Outros ativos</i>	-157.500.000	-207.500.000
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	45.640.332	187.719
<i>Ativos intangíveis</i>	0	0
<i>Investimentos financeiros</i>	269.403	-22.119
<i>Outros ativos</i>	173.500.000	191.500.000
<i>Subsídios ao investimento</i>	1.600.081	1.748.003
<i>Juros e rendimentos similares</i>	16.341	27.101
<i>Dividendos</i>	67.836	24.644
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	62.565.194	-16.667.276
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	4.432.070.433	407.710.379
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>	0	0
<i>Cobertura de prejuízos</i>	0	0
<i>Doações</i>	0	0
<i>Outras operações de financiamento</i>	0	38.675
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	-4.156.196.803	-250.925.442
<i>Juros e gastos similares</i>	-208.493.054	-214.499.003
<i>Dividendos</i>	0	0
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>	0	0
<i>Outras operações de financiamento</i>	0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	67.380.576	-57.675.391
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	12.995.864	3.162.368
Efeito das diferenças de câmbio	-3.924	-9.813
Caixa e seus equivalentes no início do período	17.020.067	13.867.512
Caixa e seus equivalentes no fim do período	30.012.007	17.020.067

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas - Dr.^a Ana Coelho

Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vice-Presidente - Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dr.^a Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

/ Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)

Identificação

A CP - Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho.

O objeto principal da atividade da CP é a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga - Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., cujo capital social é detido integralmente pela CP.

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolve as seguintes atividades:

- / Transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas (CP Carga, S.A.);
- / Fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção (EMEF, S.A.);
- / Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- / Sinergia e otimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas "LE 5600" e "LE 4700" (SIMEF, A.C.E.);
- / Formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas (Fernave, S.A.);
- / Prestação de cuidados de saúde; ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas; assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; execução de ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências (Ecosaúde, S.A.);
- / Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.);
- / Garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais, de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento, no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E).

De referir ainda a constituição da NOMAD Tech, Lda³, em 2013, com uma participação de 35% da EMEF S.A. e 65% da NOMAD Digital.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à tutela setorial e financeira, dos Ministérios da Economia e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da empresa uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

/ Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras (nota 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2014.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de abril de 2015, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2014 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2014.

Derrogações às IFRS

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

3) A NOMAD Tech foi constituída com o objetivo de desenvolver e fornecer produtos e soluções na área da telemanutenção, manutenção baseada na condição (MBC), eficiência energética e conversores de tração, para o mercado ferroviário a nível mundial.

Valores comparativos

Não aplicável.

/ Principais políticas contabilísticas (nota 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de Juízos de valor, Principais pressupostos relativos ao futuro, e Principais fontes de incerteza das estimativas, constantes desta nota.

Consolidação

Introdução

Nos termos do artigo 4º do Regulamento n.º1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do Grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do Grupo realizaram com terceiros.

O Grupo e a Empresa

Considerações Gerais

Ao longo do ano 2014 a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo core business.

A CP tem autonomizado em empresas segmentos de atividade, como a manutenção de equipamentos ferroviários, a formação técnica e o split do transporte ferroviário de mercadorias, procurando criar sinergias positivas à sua atividade.

Em todas estas empresas subsidiárias, a CP detém a maioria do capital. Detém também algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde de julho de 2009 (decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho) uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

Serve quatro segmentos de procura importantes, com distintas motivações de viagem:

- / Serviço Suburbano – liga as periferias ao centro das maiores cidades portuguesas, sendo vocacionado para o transporte diário de grandes massas de passageiros, cuja principal motivação de viagem se centra em “casa/trabalho” ou “casa/escola”;
- / Serviço Regional - serviço de média curta distância para deslocações de caráter sistemático de âmbito regional ou local, distribui os clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios;
- / Longo Curso – serviço para média/longa distância, liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer. É o segmento que usufrui de menor tempo de trajeto e maior conforto;
- / Internacional – devido à posição periférica do país, apenas liga diretamente a Espanha ou à fronteira de Espanha com França. É um segmento em transformação com vista a torna-lo mais competitivo face a outros meios de transporte.

Empresas participadas

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2014 caracterizam-se como segue:

Subsidiárias

CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

Participação CP – 100%

Capital Social – 5.000.000 euros

Tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, nos termos do artigo 33.º do decreto-lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo decreto-lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, em 31 de julho de 2009, ao abrigo do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, em cumprimento das Orientações Estratégicas para o Setor Ferroviário apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o setor assumido por Portugal junto da União Europeia.

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Participação CP – 100%

Capital Social – 8.100.000 euros

A EMEF, SA foi constituída em 1992 e tem por objeto o fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficinais para manutenção. Esta empresa reveste-se, assim, da maior importância para o mercado nacional.

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Participação CP – 100%

Capital Social – 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

Participação CP – 100%

Capital Social – 50.000 euros

Constituída em 1992, tem por objeto:

- / A formação e desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas dos setores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica;
- / A elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas de transportes, comunicações, portuárias e das que se situem na envolvente tecnológica destas
- / A prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica às empresas de transportes, comunicações, portuárias e às que se situem na envolvente tecnológica destas;
- / O ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas, diretamente ou por instituições participadas ou associadas.

ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.**Participação CP - 100%****Capital Social - 50.000 euros**

Sociedade constituída em 1995 que tem como objeto social a prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; a prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoal; a assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; elaboração de estudos e diagnósticos, tendo alargado a sua atividade a estratégias de prevenção e controlo nos âmbitos da toxicoddependência, alcoolismo e tabagismo, execução de ações de controlo de droga e álcool, e ainda o encaminhamento e tratamento de adictos de álcool e droga.

Entidades conjuntamente controladas**SIMEF, A.C.E.****Participação EMEF - 51%****Capital - não tem**

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas "LE 5600" e "LE 4700" ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E.

TIP, A.C.E - Transportes Intermodais do Porto**Participação CP - 33,33%****Capital Social - 30.000 euros**

É um agrupamento complementar de empresas constituído em 2002 que tem por objeto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas.

OTLIS, A.C.E. - Operadores de Transportes da Região de Lisboa**Participação CP - 14,29%****Capital - 392.832,02 euros**

É um agrupamento complementar de empresas constituído em 1996, com o objetivo de garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto.

Associadas

TRANSCOM - Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)

Participação via Fernave - 19,1%

Capital Social - 32.900.000 meticais

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário e a investigação científica, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a educação e formação técnica de futuros e atuais quadros médios particularmente nos âmbitos tecnológicos, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a formação e o desenvolvimento técnico-profissional de pessoal inserido, especialmente, em organizações de transportes, comunicações e informática; a consultoria e auditoria em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

NOMAD TECH, Lda

Participação via EMEF -35%

Capital Social - 160.000 euros

A sociedade foi constituída em 2013 desenvolvendo a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

Outras participações

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

Metro do Porto, S.A.

Participação CP - 3,33%

Capital Social - 7.500.000 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.

Participação CP - 10%

Capital Social - 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

Metro Mondego, S.A.**Participação CP - 2,5%****Capital Social - 1.075.000 euros**

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

APOR - Agência para a Modernização do Porto, S.A.**Participação CP - 0,47%****Capital Social - 1.064.825 euros**

Foi constituída em 1997 e tem por objeto a modernização de base económica do Porto incluindo a qualificação urbana através do desenvolvimento de ações destinadas a contribuir para a introdução de fatores de correção do tecido social, económico e cultural da cidade.

ICF - Intercontainer - Interfrigo, S.A. (Belga)**Participação CP - 2,09%****Capital Social - 18.300.000 euros**

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

EUROFIMA - Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suiça)**Participação CP - 2%****Capital Social - 2.600.000.000 CHF**

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

BCC - Bureau Central de Clearing (Belga)**Participação CP - 1,54%****Capital Social - 110.250 euros**

A sociedade tem objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

Método de Consolidação

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

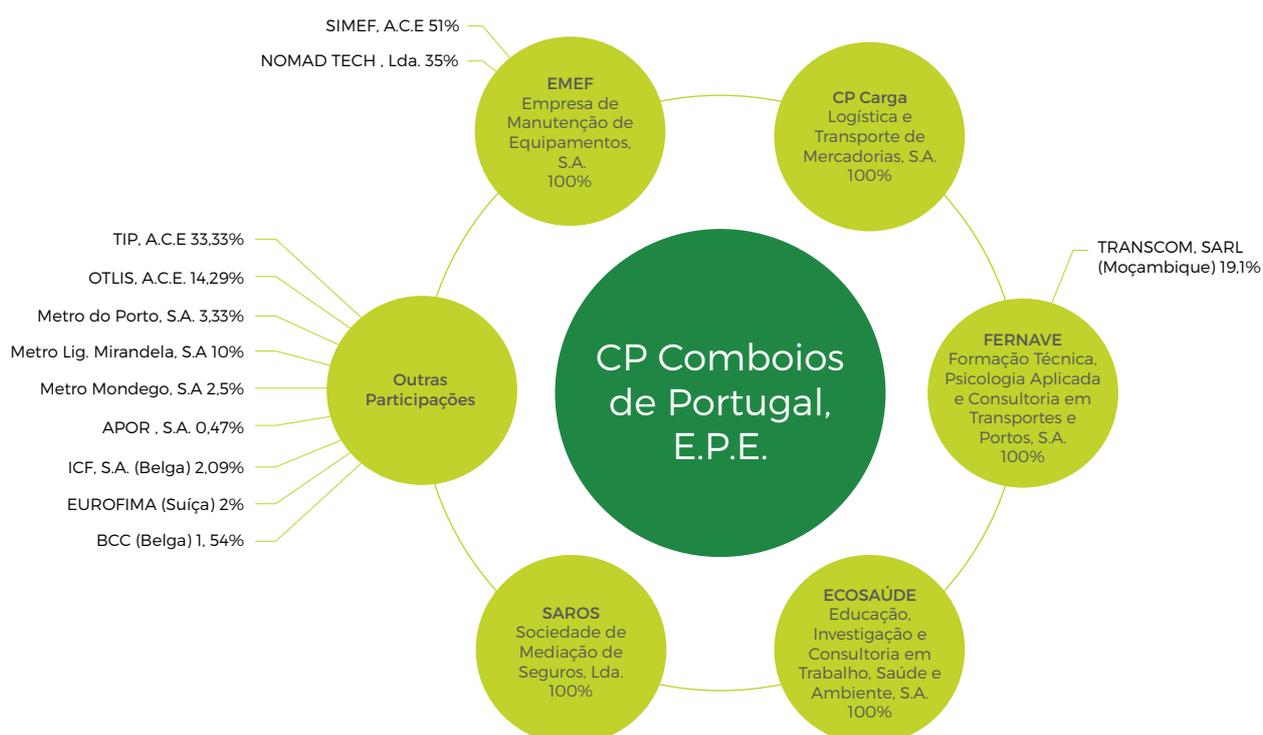
Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

Perímetro de consolidação



Empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

Empresa	Sede social	Detentores de capital	% do capital detido
CP CARGA, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
EMEF, S.A.	Entroncamento	CP, E.P.E.	100,00%
SAROS, LDA	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
FERNAVE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
ECOSAÚDE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%

Empresas associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

As empresas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

Empresa	Sede social	Detentores de capital	% do capital detido
TIP, A.C.E.	Porto	CP, E.P.E.	33,33%
SIMEF, A.C.E.	Entroncamento	EMEF, S.A.	51,00%
OTLIS, A.C.E.	Lisboa	CP, E.P.E.	14,29%
NOMAD TECH, LDA	Porto	EMEF, S.A.	35,00%

Outras participações

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Eliminações não efetuadas por serem materialmente irrelevantes

No âmbito do processo de consolidação, foi assumida a inexistência de margens na generalidade das transações entre empresas do Grupo, tendo em consideração os resultados anuais das empresas.

Políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto n.º 261/99 de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras de forma a permitir uma apreciação da performance económica da empresa.

Os ativos fixos tangíveis afetos exclusivamente ao transporte de mercadorias são detidos pela subsidiária CP Carga, SA e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante afeto ao transporte de passageiros:

/ As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;

/ As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e

/ As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Material circulante afeto ao transporte de mercadorias:

/ As despesas de reparação e manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais; e

/ As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais do material circulante, mas que não aumentam a sua vida útil, caracterizam-se como REV, são diferidos no período em que ocorrem e reconhecidos como gastos com serviços e fornecimentos externos numa base plurianual. Estas intervenções programadas são em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objetivos monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida, efetuadas em intervalos de 6 e 8 anos.

Edifício e instalações fixas:

/ As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;

/ As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e

/ Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções - Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções - CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotoras a <i>diesel</i> e eléctricas:	
- Componente principal	17 a 35
- Componente secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e eléctricas:	
- Componente principal	14 a 30
- Componente secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente principal	15 a 30
- Componente secundária	2 a 12
Vagões	3 a 35
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto n.º 261/99 de 24 de março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente como rendimento diferido, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que serão cumpridas as condições associadas à sua atribuição. Posteriormente são reconhecidos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, de acordo com a vida útil do ativo

Os subsídios que compensam gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade de material circulante afeto ao transporte de passageiros

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela ausência de um mercado ativo onde os mesmos sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IAS 36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Reconhecimento de imparidade nos restantes ativos do Grupo

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Locações

As empresas do Grupo classificam as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida para os ativos fixos tangíveis.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidade externa (IMF – Informação de Mercados Financeiros, SA) tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39. No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação, sendo as respetivas variações no justo valor registadas em resultados no período em que ocorrem.

Embora, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo visem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumprem os requisitos da IAS 39, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

A 31 de dezembro de 2014 o Grupo CP não classifica nenhum dos seus instrumentos financeiros derivados como de cobertura.

Outros ativos/passivos financeiros

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação ("*trade date*"), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- i. Análise de incumprimento;
- ii. Incumprimento há mais de 6 meses;
- iii. Dificuldades financeiras do devedor;
- iv. Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor,

reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo contudo efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As partes de capital detidas que não sejam participações em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

Mensuração subsequente dos ativos/passivos financeiros

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivados que sejam ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- / a. Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- / b. Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e
- / c. Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados resultem na entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivados que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de um instrumento de capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

Imparidade

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Inventários

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

O valor dos inventários é reduzido (*write down*) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 - Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Produtos e trabalhos em curso

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

Produtos acabados

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre o componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- / Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- / Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- / A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.

As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Transações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Reconhecimento do rédito

Transporte de passageiros

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

O Governo Português através de diploma legal considerou que o transporte ferroviário constitui um serviço público explorado em regime de contrato de concessão. Neste sentido são atribuídas anualmente indemnizações compensatórias pela prestação deste serviço público.

Transporte de mercadorias

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias, concessão de espaços em infraestruturas portuárias e licenças diversas, aluguer de equipamentos e outros serviços relacionados com o transporte de mercadorias, deduzidas de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade de transporte de mercadorias são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado, mediante a emissão da declaração de expedição, o qual se refere à data da chegada ao destino, e quando for provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a Entidade.

Manutenção de material circulante

No reconhecimento do rédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 – Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

Restantes áreas de atividade

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- / Quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- / Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- / A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- / Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Juros e rendimentos similares obtidos e juros e gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime especial de tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 13.

Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

/ Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou

/ Uma obrigação presente de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

Acontecimentos subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 16 de abril de 2015, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 58.

Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- / Provisões - as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço;
- / Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores - as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados;
- / Reconhecimento do rédito - no reconhecimento do rédito afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;
- / Perdas por imparidade - inventários - na determinação das perdas por imparidade de inventários, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos inventários, considerando que tais critérios refletem a perda de valor dos inventários;
- / Impostos sobre os lucros - existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável,

resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras;

/ O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os cash flows descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projeção futura das barreiras em causa é determinada usando a curva de rendimentos atual.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- / A situação operacional da CP e das empresas do Grupo apresenta sustentabilidade, sendo de referir a generalizada melhoria dos resultados das empresas do Grupo, o que indicia que existem fatores de sustentabilidade futura;
- / O Estado tem garantido todo o seu apoio, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da empresa, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento;
- / Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje o Grupo CP presta à economia portuguesa, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros e mercadorias, como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade do Grupo CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:



Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela *Reuters* no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS 5. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pelo Grupo CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

Normas e interpretações emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia

Ao nível do relato financeiro internacional, o ano de 2014 ficou marcado pelas alterações efetuadas às normas já publicadas e pela publicação de novas normas.

De seguida identificam-se as normas e interpretações que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2014:

IAS 27 Demonstrações financeiras separadas

A IAS 27 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 10, e contém os requisitos de contabilização e divulgação para os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, quando a Entidade prepara demonstrações financeiras separadas.

IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. A CP iniciou a aplicação do método de equivalência patrimonial também aos empreendimentos conjuntos, à semelhança do que já acontecia com as associadas, em 2013.

IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas

A IFRS 10 demonstrações financeiras consolidadas substitui todos os procedimentos e orientações contabilísticas relativas a controlo e consolidação incluídas na SIC 12 e na IAS 27, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio fundamental de que uma entidade consolidada apresenta a empresa-mãe e as suas subsidiárias como uma única entidade, permanece inalterado.

A aplicação da norma no Grupo CP não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

IFRS 11 Acordos conjuntos

A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em detrimento da sua forma legal, para efeitos de classificação. Os acordos conjuntos podem ser operações conjuntas (direitos sobre os ativos e obrigações) ou empreendimentos conjuntos (direitos sobre os ativos líquidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial). A consolidação proporcional de empreendimentos conjuntos deixa de ser permitida, passando a ser aplicado o método da equivalência patrimonial. A CP iniciou a aplicação desta norma em 2013.

IFRS 12 Divulgação de interesses em outras entidades

A IFRS 12 divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

A aplicação da norma no Grupo CP não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

De seguida apresentam-se as alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2014:

IAS 32 Instrumentos financeiros (compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos. Clarifica igualmente que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

A aplicação da norma no Grupo CP não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

IAS 36 Imparidade de ativos

A alteração à IAS 36 corrige as exigências de divulgação, quanto à determinação do valor recuperável de um ativo sendo aplicado, apenas quando este é determinado com base no justo valor menos custos estimados de vender, e é apurada imparidade.

A aplicação da norma no Grupo CP não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

IAS 39 Instrumentos financeiros (novação de derivados e contabilidade de cobertura)

A alteração à IAS 39 introduz uma isenção à obrigação de descontinuar a contabilidade de cobertura de um instrumento financeiro derivado, quando se verifique a alteração da contraparte do contrato por requisito legal ou regulatório e desde que estejam cumpridas determinadas condições.

Pretende dar resposta às novas regras de contratação de instrumentos financeiros derivados que, em algumas jurisdições, passam a obrigar à negociação através de Câmaras de compensação.

A aplicação da norma no Grupo CP não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 27 – Entidades de investimento

A alteração define o conceito de Entidade de investimento (ex: fundo de capital de risco) e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS10 para as entidades que se qualifiquem como entidades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. A IFRS12 especifica as divulgações exigidas.

A aplicação da norma no Grupo CP não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Apresentam-se de seguida as interpretações e alterações endossadas pela União Europeia mas ainda não efetivas:

IFRIC 21 Taxas do Governo

A IFRIC 21 é uma interpretação da IAS 37 e do reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não o imposto sobre o rendimento – IRC) corresponde ao exigido/regulamentado na legislação relevante que obriga ao pagamento.

A data de eficácia da norma tem início em períodos anuais com início em ou após 17 de junho de 2014.

Não se esperam impactos significativos em resultado da adoção da norma no Grupo CP.

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro

A melhoria à IFRS 1 clarifica que quem adotar as IFRS pela primeira vez pode usar quer a versão anterior, quer a nova versão de um normativo que, apesar de ainda não ser obrigatoriamente aplicável, está disponível para adoção antecipada.

A data de eficácia da norma tem início em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras

IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais

A melhoria à IFRS 13 clarifica que este normativo não se aplica à contabilização inicial de um acordo conjunto, constituído no âmbito da IFRS 11.

A data de eficácia da norma tem início em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

Não se esperam impactos significativos em resultado da adoção da norma no Grupo CP.

IFRS 13 Justo valor – mensuração e divulgação

A melhoria clarifica que a exceção à mensuração ao justo valor de um portefólio numa base líquida é aplicável a todos os géneros de contratos (incluindo contratos não-financeiros) no âmbito da IAS39.

A data de eficácia da norma tem início em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

Não se esperam impactos significativos em resultado da adoção da norma no Grupo CP.

IAS 40 Propriedades de Investimento

A melhoria clarifica que é necessário recorrer à IFRS3, sempre que uma propriedade de investimento é adquirida, para determinar se a aquisição corresponde, ou não, a uma concentração de atividades empresariais.

A data de eficácia da norma tem início em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

Não se esperam impactos significativos em resultado da adoção da norma no Grupo CP.

/ Fluxo de caixa (nota 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2014 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Rubrica de caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Caixa	321.782	283.482
Depósitos bancários	31.031.995	17.146.505
Total	31.353.777	17.429.987
Descobertos bancários (a)	(1.341.770)	(409.920)
Total	30.012.007	17.020.067

(a) o valor dos descobertos bancários encontra-se registado em financiamentos obtidos nota 32.

/ Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (nota 5)

Nada a referir.

/ Composição do resultado por segmento de negócio (nota 6)

A forma de segmentação de negócios utilizada pelo Grupo CP é a natureza dos serviços prestados. Esta é a forma como o Conselho de Administração analisa e controla os seus negócios, sendo também a forma como a informação é organizada e comunicada.

Atendendo a que a IFRS 8 define patamares quantitativos a partir dos quais os segmentos devem ser tratados como segmentos operacionais a divulgar, foram identificados os seguintes segmentos a divulgar no âmbito desta nota:

- / Transporte de passageiros suburbanos (engloba o transporte de passageiros suburbano na área de Lisboa e Porto);
- / Transporte de passageiros de longo curso (liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer), internacional (transporte de passageiros para a Espanha ou à fronteira de Espanha com França) e regional (serviço de média curta distância para deslocações de carácter sistemático de âmbito regional ou local, distribui os clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios);

/ Transporte de mercadorias; e

/ Manutenção, conservação e construção de material circulante.

Na agregação efetuada dos segmentos operacionais procurou-se garantir que os mesmos tinham características económicas semelhantes, de acordo com o explicitado na IFRS 8.

As informações sobre outras atividades de negócio e segmentos operacionais não relatáveis foram combinadas e divulgadas numa categoria com a designação «todos os outros segmentos». Nela estão incluídos nomeadamente os segmentos de formação, prestação cuidados de saúde e mediação de seguros que ficam muito aquém dos patamares quantitativos da IFRS 8.

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014, é conforme segue:

Resultado operacional por segmento de negócio do Grupo CP 2013

RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS		(Valores em Euros)						
	Transporte de passageiros nos Suburbanos	Transporte de passageiros no longo curso, intermunicipal e regional	Transporte de Mercadorias	Manutenção e Conservação de Material Circulante	Restantes áreas	DR Operacional Individual do Grupo CP	Anulações e Ajustamentos Intragruppo	DR Operacional Consolidada do Grupo CP
Vendas e Serviços Prestados	93.981.788	113.346.885	58.132.756	50.935.813	26.283.892	342.681.134	-65.888.934	27.6792.200
Vendas e Serviços Prestados - anulações intragruppo	-37.011	-287.252	-495.056	40.346.153	-105.415.769		0	34.534.222
Subsídios à exploração	491.978	0	0	150.587	33.891.658	34.534.222	0	
Subsídios à exploração - anulações intragruppo	0	0	0	0	0		0	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	285.213	-2.956.393	-2.671.181	3.298.393	627.212
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos - anulações intragruppo	0	0	0	0	3.298.393		0	
Variação nos inventários da Produção	0	0	0	-15.374	0	-15.374	0	-15.374
Variação nos inventários da Produção - anulações intragruppo	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0	0	0	0	0	10.844.634
Trabalhos para a própria empresa - anulações intragruppo	0	0	0	0	0	0	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-764.293	-6.244.179	-2.907.656	-13.564.239	-1.469.199	-24.949.567	0	-24.949.567
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas - anulações intragruppo	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e Serviços Externos	-57.159.347	-87.764.601	-49.423.588	-9.599.103	-24.026.151	-227.972.790	65.885.570	-162.087.219
Fornecimentos e Serviços Externos - anulações intragruppo	3.239.068	4.035.746	34.803.792	-4.602.032	28.408.996			
Gastos com o Pessoal	-32.837.097	-39.136.310	-20.372.823	-29.821.725	-27.860.316	-150.028.272	2.487.296	-147.540.976
Gastos com o Pessoal - anulações intragruppo	238.604	269.289	552.242	-537.784	1.964.945		0	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0	0	0	358.283	-122.424	235.859	0	235.859
Imparidade de inventários (perdas/reversões) - anulações intragruppo	0	0	0	0	0	0	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-896.338	-25.784	1.632.534	181.252	-103.089	788.574	0	788.574
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) - anulações intragruppo	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisões (Aumentos/Reduções)	0	0	0	140.618	-19.143.257	-19.002.639	23.525.071	4.522.432
Provisões (Aumentos/Reduções) - anulações intragruppo	0	0	0	0	23.525.071		0	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0	0	-7.363.249	-7.363.249	0	-7.363.249
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) - anulações intragruppo	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Rendimentos e Ganhos	8.488.269	5.927.761	2.936.448	157.1345	17.234.407	361.58.230	-12.843.107	23.315.124
Outros Rendimentos e Ganhos - anulações intragruppo	-20.639	-79.291	-164.186	315.058	-12.894.048			
Outros Gastos e Perdas	-878.715	-1.309.805	-1.330.378	-991.996	-3.632.620	-8.143.514	600.995	-7.542.519
Outros Gastos e Perdas - anulações intragruppo	7.021	14.206	248.364	-74.941	406.344			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	10.426.246	-15.206.034	-11.332.708	-369.326	-9.266.742	-25.748.564	27.909.918	2.161.353
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - anulações intragruppo	3.427.045	3.952.698	34.945.156	35.446.453	-49.861.434	0	0	0
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-30.386.871	-24.554.177	-4.182.225	-1.317.287	-14.545.551	-74.986.111	0	-74.986.111
Gastos/reversões de depreciação e de amortização - anulações intragruppo	0	0	0	0	-2.524.434	-2.524.434	0	-2.524.434
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-16.533.581	-38.807.513	19.430.222	337.59.840	-7.619.816	-103.259.110	27.909.918	-75.349.918

Resultado operacional por segmento de negócio do Grupo CP 2014

RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS	(valores em euros)									
	Transporte de passageiros nos Suburbanos	Transporte de passageiros no longo curso, Internacional e regional	Transporte de Mercadorias	Manutenção e Conservação de Material Circulante	Restantes áreas	DR Operacional Individual do Grupo CP	Anulações e Ajustamentos Intragrupo	DR Operacional Consolidada do Grupo CP		
Vendas e serviços prestados	97.234.626	121.777.726	63.944.216	54.993.577	24.262.298	362.212.443	-69.375.825	292.836.618		
Vendas e serviços prestados - anulações intragrupo	-1.140	-452.504	-471.566	-45.371.472	-23.079.143					
Subsídios à exploração	0	0	23.029	52.329	17.904.652	17.980.010	0	17.980.010		
Subsídios à exploração - anulações intragrupo	0	0	0	0	0					
Ganhos/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjunto	0	0	0	357.737	1.226.449	1.584.186	-1.183.756	400.430		
Ganhos/perdas imputadas a sub., assoc. e emp. conj. - anulações intragrupo	0	0	0	0	-1.183.756					
Variação nos inventários da produção	0	0	0	-120.173	0	-120.173	0	-120.173		
Variação nos inventários da produção - anulações intragrupo	0	0	0	0	0					
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0	2.637	0	2.637	9.685.753	9.688.390		
Trabalhos para a própria empresa - anulações intragrupo	0	0	0	9.685.753	0					
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	-227.614	-788.735	-2.689.893	-13.895.729	-6.699.161	-24.301.132	0	-24.301.132		
Custo mercad., vendidas e matérias cons. - anulações intragrupo	0	0	0	0	0					
Fornecimentos e serviços externos	-8.065.716	-12.460.933	-50.607.011	-11.137.705	-151.280.461	-233.551.826	68.655.783	-164.896.043		
Fornecimentos e serviços externos - anulações intragrupo	3.263.339	293.709	34.891.857	4.451.588	25.755.290					
Gastos com o pessoal	-4.994.189	-6.008.363	-18.113.391	-28.136.555	-94.149.285	-151.401.783	2.666.177	-148.735.606		
Gastos com o pessoal - anulações intragrupo	248.841	327.627	673.871	633.712	782.126					
Imparidade de inventários (perdas/rever.)	0	0	0	-83.395	-117.381	-200.776	0	-200.776		
Imparidade de inventários (perdas/rever.) - anulações intragrupo	0	0	0	0	0					
Imparidade dívidas a receber (perdas/reversões)	73	0	-151.004	11.100	1.603.476	1.463.645	-5.787	1.457.858		
Imparidade Dívidas a Receber (per./rev.) - anulações intragrupo	0	0	0	-5.787	0					
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0	0	153.86.586	153.98.032	-4.608.492	10.789.540		
Provisões (aumentos/reduções) - anulações intragrupo	0	0	0	0	-4.608.492					
Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./rev.)	0	0	0	0	10.721.063	10.721.063	0	10.721.063		
Imparid. de invest. não depr./am. (per./rev.) - anulações intragrupo	0	0	0	0	0					
Outros rendimentos e ganhos	1.369.009	564.668	25.695.828	1.815.900	44.381.374	73.826.779	-13.324.579	60.502.200		
Outros rendimentos e ganhos - anulações intragrupo	-26.227	-110.184	-328.831	-655.727	-12.203.610					
Outros gastos e perdas	-119.770	-98.820	-635.572	-385.843	-10.501.516	-11.741.521	277.980	-11.463.541		
Outros gastos e perdas - anulações intragrupo	0	0	137.129	94.381	46.470					
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	85.196.419	102.985.543	17.466.202	3.485.326	-147.261.906	61.871.584	-721.746	54.658.836		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - anulações intragrupo	3.484.813	58.648	34.902.460	-3.167.552	-14.491.115	0	0	0		
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4.881.083	-3.002.877	-4.385.088	-1.241.271	-57.355.363	-70.865.682	0	-70.865.682		
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0	0	-4.706.977	-4.706.977	0	-4.706.977		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	83.800.149	100.041.314	47.983.574	-289.234.997	-223.815.361	-15.701.075	-721.746	-20.913.821		

Não é apresentado o resultado financeiro por segmento, dado que as decisões operacionais são tomadas com base nos resultados operacionais por segmento de negócio e não é possível repartir/afetar os financiamentos existentes à totalidade dos segmentos.

O ativo e passivo destes segmentos de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2013 e 2014:

Ativos e passivos por segmentos do Grupo CP em 31 dezembro de 2013

(valores em euros)

	Transporte de passageiros nos suburbanos, no longo curso, internacional e regional	Transporte de mercadorias	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam. Intragruppo	Total dos ativos e passivos consolidados 2013
Ativo não corrente dos segmentos reportados	910.881.655	64.186.780	8.718.819	3.759.339	987.546.593	-85.914.511	901.632.082
Ativo corrente dos segmentos reportados	117.966.320	34.292.786	33.968.043	1.365.414	187.592.563	-19.180.462	168.412.101
Ativo total dos segmentos reportados	1.028.847.975	98.479.566	42.686.862	5.124.753	1.175.139.156	-105.094.973	1.070.044.183
Passivo não corrente dos segmentos reportados	1.965.171.508	49.533.714	5.139.810	699	2.019.845.731	-93.408.674	1.926.437.057
Passivo corrente dos segmentos reportados	2.300.050.484	137.806.797	31.954.592	6.417.763	2.476.229.636	74.092.979	2.550.322.615
Passivo total dos segmentos reportados	4.265.221.992	187.340.511	37.094.402	6.418.462	4.496.075.367	-19.315.695	4.476.759.672

Ativos e passivos por segmentos do Grupo CP em 31 dezembro de 2014

(valores em euros)

	Transporte de passageiros nos suburbanos, no longo curso, internacional e regional	Transporte de mercadorias	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam. Intragruppo	Total dos ativos e passivos consolidados 2014
Ativo não corrente dos segmentos reportados	854.610.114	61.020.344	7.656.783	3.777.997	927.065.238	-105.309.607	821.755.631
Ativo corrente dos segmentos reportados	115.369.676	41.281.690	37.003.297	1.166.992	194.821.655	-42.087.308	152.734.347
Ativo total dos segmentos reportados	969.979.790	102.302.034	44.660.080	4.944.989	1.121.886.893	-147.396.915	974.489.978
Passivo não corrente dos segmentos reportados	3.638.042.942	28.337.780	4.049.527	0	3.670.430.249	-85.984.283	3.584.445.966
Passivo corrente dos segmentos reportados	737.974.034	157.483.441	34.108.608	7.056.422	936.622.505	22.424.833	959.047.338
Passivo total dos segmentos reportados	4.376.016.976	185.821.221	38.158.135	7.056.422	4.607.052.754	-63.559.450	4.543.493.304

Os ativos e passivos existentes também não são segregados por segmento de negócio, dada a impossibilidade de obter esta informação para todos os segmentos, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, em que frequentemente são efetuadas alterações na afetação dos ativos entre os vários segmentos, bem como tendo em consideração o facto de esta informação não ser apresentada de forma detalhada e regular para efeitos de decisão para todos os segmentos. Efetivamente, no que respeita aos ativos e passivos, estes são apenas relatados regularmente por empresa do Grupo, para efeitos de tomada de decisão.

/ Ativos fixos tangíveis (nota 7)

No final do ano 2014 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	19.131.471	28.759.958
Edifícios e outras construções	81.846.591	108.725.710
Equipamento básico	1.637.784.055	1.660.341.183
Equipamento de transporte	3.122.741	3.752.892
Equipamento administrativo	22.639.699	22.937.222
Outros ativos fixos tangíveis	64.979.757	65.360.361
Investimentos em curso	1.014.164	2.112.920
Adiantamentos por conta de investimentos	-	-
	1.830.518.478	1.891.990.246
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	69.189.993	74.698.268
Depreciação acumulada de períodos anteriores	963.654.189	940.849.065
Perdas por imparidade do período	4.706.977	2.524.434
Perdas por imparidade de períodos anteriores	3.596.034	1.071.600
Anulações do período	(1.161.626)	(343.603)
	1.039.985.567	1.018.799.764
Valor líquido contabilístico	790.532.911	873.190.482

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2014 são resumidos no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:									
Terrenos e recursos naturais	28.759.958	0	0	-9.628.487	0	0	0	0	19.131.471
Edifícios e outras construções	108.725.710	783.338	0	-27.939.777	0	-82.369	353.512	6.177	81.846.591
Equipamento básico	1.660.341.183	27.833	0	-1.937.742	36.774.562	-589.734	11.133.820	-67.965.867	1.637.784.055
Equipamento de transporte	3.752.892	3.581	0	-585.279	0	-48.453	0	0	3.122.741
Equipamento administrativo	22.937.222	293.751	0	-19.679	0	-620.650	49.055	0	22.639.699
Outros ativos fixos tangíveis	65.360.361	454.730	0	0	0	-835.334	0	0	64.979.757
Investimentos em curso	2.342.757	11.585.302	0	-943.010	0	0	-11.970.885	0	1.014.164
Adiantamentos por conta de investimentos	-229.837	3.460.927	0	0	0	0	-3.963.591	732.501	0
	1.891.990.246	16.609.462	0	-41.053.974	36.774.562	-2.176.540	-4.398.089	-67.227.189	1.830.518.478
Depreciação acumulada e imparidade									
Edifícios e outras construções									
Edifícios e outras construções	41.457.881	3.427.556	0	-10.161.980	0	-73.763	0	0	34.649.694
Equipamento básico	907.765.094	63.663.862	0	-1.366.319	27.741.002	-589.318	0	-67.965.868	929.250.453
Equipamento de transporte	3.354.782	103.806	0	-431.778	0	-48.116	0	0	2.980.694
Equipamento administrativo	21.234.005	906.760	0	-16.685	0	-619.920	0	0	21.504.160
Outros activos fixos tangíveis	41.391.968	2.671.525	0	0	0	-765.938	0	0	43.297.555
At Fix Tang-Perdas Impar Acum - Equipam Básico	3.596.034	4.706.977	0	0	0	0	0	0	8.303.011
	1.018.799.764	75.484.486	0	-11.976.762	27.741.002	-2.097.055	0	-67.965.868	1.039.985.567
Total	873.190.482								790.532.911

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2014, respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R2 e R3 e intervenção de meio de vida nos comboios de pendulação ativa.

De referir ainda a alienação à REFER dos Terminais de Mercadorias, bem como as transferências para Ativo Fixo Tangível, de duas séries de material, registadas em Ativo não corrente detido para venda, que nos próximos exercícios poderão entrar de novo ao serviço.

As depreciações acumuladas e imparidades referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante e as imparidades reconhecidas no material circulante, resultantes de acidentes, bem como a alienação dos Terminais de Mercadorias e as transferências para Ativo Fixo Tangível da rubrica de ativos não correntes detidos para venda.

A 31 de dezembro de 2014 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

(valores em euros)	
Descrição	Passivo
Automotoras	178.229.481
Carruagens	-
Locomotivas	124.584.991
Total	302.814.472

/ Ativos intangíveis (nota 8)

Os ativos intangíveis do Grupo CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente. Encontram-se classificados na rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)		
	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Despesas de investigação e desenvolvimento	429.193	341.692
Programas de computador	1.150.690	1.151.495
Ativos intangíveis em curso	12.693	6.104
	1.592.576	1.499.291
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	88.174	120.900
Reversões do período	(805)	(14.565)
Amortização acumulada de períodos anteriores	1.411.618	1.305.283
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	1.498.987	1.411.618
Valor líquido contabilístico	93.589	87.673

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2014 são analisados como segue:

(valores em euros)

	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transferências	Saldo final
Valor bruto:								
Despesas de investigação e desenvolvimento	341.692	87.501	-	-	-	-	-	429.193
Programas de computador	1.151.495	-	-	-	-	(805)	-	1.150.690
Ativos intangíveis em curso	6.104	6.589	-	-	-	-	-	12.693
sub-total	1.499.291	94.090	-	-	-	(805)	-	1.592.576
Amortização acumulada e imparidade								
Amortização do período	985.408	88.174	-	-	-	(805)	-	1.072.777
Amortização acumulada de períodos anteriores	426.210	-	-	-	-	-	-	426.210
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
sub-total	1.411.618	88.174	-	-	-	(805)	-	1.498.987
Total	87.673							93.589

/ Locações (nota 9)

O Grupo CP detém um conjunto de ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira, cujo detalhe se apresenta como se segue:

(valores em euros)

	31-12-2014			31-12-2013		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Equipamento básico	38.398.710	(4.034.254)	34.364.456	38.398.710	(2.936.714)	35.461.996
Equipamento de transporte	14.700	(14.700)	-	14.700	(13.781)	919
	38.413.410	(4.048.954)	34.364.456	38.413.410	(2.950.495)	35.462.915

Trata-se de contratos de locação financeira, atendendo a que foram transferidos substancialmente para o Grupo CP todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

O equipamento básico financiado por contratos de locação financeira respeita essencialmente a vagões adquiridos para afetar ao serviço combinado nacional e internacional de mercadorias.

/ Participações financeiras - Método de equivalência patrimonial (nota 10)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-12-2014			31-12-2013		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF/SIEMENS A.C.E.	Investimento	344.151	-	344.151	285.411	-	285.411
NOMAD TECH, LDA.	Investimento	69.586	-	69.586	56.000	-	56.000
OTLIS A.C.E.	Investimento	154.097	-	154.097	47.119	-	47.119
Total		567.834	-	567.834	388.530	-	388.530

Em 2014 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Regularização	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto							
EMEF/SIEMENS A.C.E.	285.411	-	-	-	344.151	(285.411)	344.151
NOMAD TECH, LDA.	56.000	-	-	-	13.586	-	69.586
OTLIS A.C.E.	47.119	-	-	-	42.693	64.285	154.097
Sub-total	388.530	-	-	-	400.430	(221.126)	567.834
Imparidade							
Total	388.530	-	-	-	400.430	(221.126)	567.834

Em relação à TIP, aplica-se o MEP aos capitais próprios negativos desta participada, considerados na nota 32, na rubrica de "Acidentes de trabalho e doenças profissionais; entre outras provisões".

/ Participações financeiras – Outros métodos (nota 11)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-12-2014			31-12-2013		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
MLM, SA	Custo de aquisição	12.721	(12.721)	-	12.721	(12.721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249.399	(249.399)	-	249.399	(249.399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3.595	-	3.595	3.595	-	3.595
ICF	Custo de aquisição	382.269	(382.269)	-	382.269	(382.269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27.760.679	-	27.760.679	27.760.679	-	27.760.679
BCC	Custo de aquisição	1.460	-	1.460	1.460	-	1.460
APOR	Custo de aquisição	5.000	-	5.000	5.000	-	5.000
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	Custo de aquisição	31.944	31.944	-	31.944	(31.944)	-
INEGI	Custo de aquisição	2.500	2.500	-	2.500	(2.500)	-
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388.280	(87.108)	301.172	388.280	(194.279)	194.001
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662
		28.838.509	(697.053)	28.072.568	28.838.509	(873.112)	27.965.397

O movimento destas participações financeiras em 2014 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
MLM, SA	12.721	-	-	-	-	12.721
METRO DO PORTO, SA	249.399	-	-	-	-	249.399
METRO-MONDEGO, SA	3.595	-	-	-	-	3.595
ICF	382.269	-	-	-	-	382.269
EUROFIMA	27.760.679	-	-	-	-	27.760.679
BCC	1.460	-	-	-	-	1.460
APOR	5.000	-	-	-	-	5.000
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	31.944	-	-	-	(31.944)	-
INEGI	2.500	-	-	-	(2.500)	-
TRANSCOM, S.A.	388.280	-	-	-	-	388.280
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	-	-	-	662
	28.838.509					28.804.065
Imparidade						
MLM, SA	(12.721)	-	-	-	-	(12.721)
METRO DO PORTO, SA	(249.399)	-	-	-	-	(249.399)
ICF	(382.269)	-	-	-	-	(382.269)
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	(31.944)	-	-	-	31.944	-
INEGI	(2.500)	-	-	-	2.500	-
TRANSCOM, S.A.	(194.279)	-	-	-	107.171	(87.108)
	(873.112)					(731.497)
	27.965.397					28.072.568

/ Ativos por impostos diferidos (nota 12)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Ativos por Impostos Diferidos	2.488.729	-
	2.488.729	-

Como referido na nota 14 relativa aos Impostos Sobre o Rendimento, em resultado da adesão à Lei nº61/2014 de 26 de agosto, que aprovou o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, a empresa tem registado em 2014 como ativos por impostos diferidos, o montante de 2.488.729 euros.

/ Acionistas/sócios (nota 13)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Ativo corrente		
Outras Operações - Indemnizações Compensatórias	-	141.291
	-	141.291

A diminuição do saldo desta rubrica deve-se à utilização de uma provisão criada para fazer face a uma contingência.

/ Impostos sobre o rendimento (nota 14)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA e a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda..

Relativamente a impostos sobre o rendimento, a CP aderiu em 2014 ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei nº61/2014 de 26 de Agosto), no que respeita a reclassificação de responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho, o que implicou o reconhecimento de um ativo por imposto diferido de 2.488.729,28 euros, calculado da seguinte forma: 11.061.019€ *22,5% (responsabilidade total com as pensões de acidentes de trabalho * taxa de IRC + Derrama).

A CP não contabilizou outros ativos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Nos mesmos termos, os prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2010 e 2011 são reportáveis por um período de quatro anos, os prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2012 e 2013 são reportáveis por um período de cinco anos e os prejuízos fiscais apurados a partir de 2014 têm um prazo de reporte de doze anos.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados em períodos anteriores, por se entender que face às atuais condições de mercado e ao carácter social do seu negócio, não é expectável que a Empresa venha a pagar impostos sobre o rendimento nos próximos anos. Por este facto, entende a Empresa que não estão reunidas todas as condições para que esta situação seja considerada como passivo.

O resultado contabilístico consolidado foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2014, única matéria tributável apurada no período, e que representa um montante total de 1.559.058 euros, conforme detalhe apresentado no quadro abaixo:

(valores em euros)

Empresa	Imposto Sobre o Rendimento	
	2014	2013
CP	2.212.845	(289.071)
CP Carga	(540.333)	(73.301)
Fernave	(11.681)	(8.939)
Ecosaúde	(7.651)	(7.467)
Emef	(90.017)	(39.217)
Saros	(4.105)	(4.349)
	1.559.058	422.344

* Empresas classificadas em 2014 pelo MEP

/ Inventários (nota 15)

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	35.491.668	35.807.776
Produtos acabados e intermédios	1.307.914	1.409.162
Reclassificação e regularização de inventários	-	430.388
	36.799.582	37.647.326
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	591.777	235.859
Imparidades de períodos anteriores	(14.227.880)	(14.463.739)
	(13.636.103)	(14.227.880)
Valor líquido contabilístico	23.163.479	23.419.446

O montante mais significativo dos inventários encontra-se na rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, que revela este ano um ligeiro decréscimo, face ano transato provocado por consumos de materiais superiores às compras efetuadas durante o período.

Durante o ano de 2014, o grupo procedeu ao abate de materiais identificados como obsoletos que não tinham aplicação em consequência da desativação da série de material respetiva, da substituição de equipamentos ou motivado por degradação técnica (não conformidade para utilização).

O reconhecimento de imparidades de inventários registou as seguintes variações:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Utilizações	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(13.661.362)	792.553	393.570	182.549	(13.079.830)
Produtos acabados e intermédios	(566.518)	-	16.717	26.962	(556.273)
	(14.227.880)	792.553	410.287	209.511	(13.636.103)

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente na área de transporte de passageiros (CP) e na manutenção e reparação de material circulante (EMEF).

Para o cálculo da imparidade dos inventários afetos à área de transporte de passageiros (CP), verifica-se semestralmente se o valor realizável dos inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas da empresa. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece-se uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para a avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicado a todos os inventários em armazém. Durante o período de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a imparidade das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

O total das imparidades de inventários reconhecidas em 2014 resulta ainda do contributo do segmento de manutenção e reparação, com abates de materiais identificados como obsoletos e sem aplicação em consequência da desativação da série de material respetiva, da substituição de equipamentos ou motivado por degradação técnica (não conformidade para utilização).

Para cálculo da imparidade no segmento de manutenção e reparação, foram utilizados os seguintes critérios:

- / Material motor e automotor que consta do programa de abates e locomotivas elétricas 2500/2550 abatidas - imparidade de 100%;
- / Material afeto às automotoras UTD 600 e às locomotivas *diesel* MLW 1550 que foram desativadas - imparidade de 100%;
- / Materiais cuja classe de stock é obsoleto - imparidade de 100%;
- / Materiais cuja classe de stock é mono EMEF e mono CP, sem consumo há 5 ou mais anos - Imparidade de 100%, e com algum consumo - imparidade de 50%;
- / Materiais sem consumo há 5 ou mais anos - imparidade de 100%, há 4 anos - imparidade de 60% e há 3 anos - imparidade de 50%, afetos a vagões, carruagens, materiais genéricos de aplicação em diversas séries e equipamentos; e
- / Materiais cuja classificação da série de material/equipamentos pertence a carruagens - Imparidade de 10%.

Em relação à variação dos Inventários da Produção, o Grupo CP apresenta os seguintes valores em 2014 e 2013:

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Variação inventários da Produção		
Produtos acabados e intermédios	(120.173)	(15.374)
	(120.173)	(15.374)

/ Clientes (nota 16)

Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Cientes c/c		
Gerais ...	22.404.920	24.428.784
Cientes - cobrança duvidosa	3.995.616	4.323.204
	26.400.536	28.751.988
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	327.373	1.658.828
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(4.320.999)	(5.979.827)
	(3.993.626)	(4.320.999)
Valor líquido contabilístico	22.406.910	24.430.989

A diminuição do saldo deve-se essencialmente ao cliente BCC (gestor de redes estrangeiras), nomeadamente no que diz respeito à Renfe Operadora.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Cientes gerais	4.320.999	174.439	(501.812)	3.993.626
	4.320.999	174.439	(501.812)	3.993.626

/ Adiantamentos a fornecedores (nota 17)

A rubrica de adiantamentos a fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128.391	128.391
REDE FERROV. NACIONAL REFER EPE	2.120	2.120
Outros	1.760	27.174
	132.271	157.685
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-	-
Imparidades de períodos anteriores	-	-
	-	-
Valor líquido contabilístico	132.271	157.685

/ Estado e outros entes públicos (nota 18)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1.206.061	1.380.872
IVA	11.318.882	15.158.537
IVA a recuperar	6.510.141	9.985.457
IVA reembolsos pedidos	4.808.741	5.173.080
Outros Impostos	-	489
Contribuições Seg Social CNP	-	24.558
	12.524.943	16.564.456
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	905.286	390.381
Retenções de imposto sobre o	1.761.451	1.635.060
IVA a pagar	3.069.248	1.760.992
Contribuição para a Segurança Social	2.805.496	2.689.652
	8.541.481	6.476.085

A principal variação registada entre 2013 e 2014 resulta essencialmente do decréscimo significativo do IVA a recuperar no último bimestre, cuja variação positiva ocorrida em 2013 não aconteceu em 2014 pelo desfecho favorável ocorrido naquela data de um processo relacionado com anulação de faturas no valor de 4.227.172 euros.

/ Outras contas a receber (nota 19)

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Outros Devedores - pessoal	348.285	318.937
D.Diversos - c/c	19.020.549	22.064.290
Devedores por acréscimos de receitas	2.011.703	2.592.102
	21.380.537	24.975.329
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Outras dívidas terceiros	1.136.273	(870.254)
Imparidade de períodos anteriores-O. Div. terceiros	(6.163.410)	(5.293.156)
	(5.027.137)	(6.163.410)
Valor líquido contabilístico	16.353.400	18.811.919

A variação registada, comparando com o exercício de 2013, resulta fundamentalmente da liquidação dos valores em mora da REFER, em aberto em 2013, fruto do acordo de pagamento firmado entre a CP e a Operadora da infraestrutura, em 2014.

/ Diferimentos (nota 20)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - Gast. Reconh. - Outros-Diversos	8.634.172	8.915.289
Diferim. - Gast. Reconh. - Seguros	182.014	279.955
Diferim. - Gast. Reconh. - Rendas	12.190	22.581
Diferim. - Gast. Reconh. - Rev's	14.600.778	14.871.686
	23.429.154	24.089.511
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Difer. - Rend. a Reconh.- Subsídios ao Investimento	161.022.758	170.949.396
Difer. - Rend. a Reconh.- Fact.p/Conta-Trab.a Real.	(455.950)	(18.887)
Diferim. - Rend. a Reconhecer - CPLX	768.010	881.824
Diferim. - Rend. Reconhecer - POEFDS_PORLVT	-	-
Diferim. - Rend. Reconhecer - Sub. Proj.Exploração	455	455
Diferim. - Rend. Reconh. - Outros Dif- Rendim Reconh.	5.449.941	4.977.687
	166.785.214	176.790.475

As principais variações face a 2013 resultam de ajustamentos quer nos gastos a reconhecer perante terceiros, quer de rendimentos a reconhecer da prestação de serviços a terceiros, em função das responsabilidades reais assumidas e das prestações de serviços realizadas ainda não faturadas.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos a reconhecer por subsídio ao investimento.

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
59300001 Reservas Subsídios - ILD'S	-	1.755
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	947.295	1.644.972
59300100 FEDER-Sub Proj 12UQE	6.713.528	7.587.462
59300700 PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	4.864.971	5.212.466
59300800 FEDER-Sub Proj 12+4UQE	13.296.586	14.246.329
59301001 PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	3.492.778	3.810.303
59301002 PIDDAC-Sub Proj 19UDD	535.228	586.096
59301003 PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	784.846	871.055
59301004 PIDDAC-Sub Proj 42UQE	462.615	502.519
59301005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	20.016.260	21.103.690
59301006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	16.557.653	17.397.398
59301008 PIDDAC-Sub Proj Convel	-	-
59301009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	660.367	724.228
59301010 PIDDAC-Sub Proj 12Locomotoras	390.009	390.009
59301011 PIDDAC-Sub Proj Radio Solo Comb	16.127	16.127
59301012 PIDDAC-Sub Proj Aq 15 Loc 4700	18.964.832	19.615.055
59301013 PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	2.667.674	3.541.046
59301014 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	246.343	274.231
59301015 PIDDAC-Sub Proj. Aq. 10 Locs 4700	2.477.272	2.561.485
59301024 PIDDAC-SubProj Alter Veloc Máx 45 Carrug Moderniz	132.704	159.926
59301025 PIDDAC-Subs.Caixas Transmissão Rodados UDD's450	496.322	487.605
59301026 PIDDAC-Sub Sist Escalas Pess e Rotaç de Material	4.861	19.445
59301027 PIDDAC-Modernização de automotoras 3500	1.310.313	1.415.313
59301028 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 453	58.075	82.964
59301029 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2334	376.852	404.259
59301030 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2340	372.284	399.691
59301031 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2326	282.731	302.926
59301032 PIDDAC-Grande Reparação R3 - 9635	97.986	119.761
59301033 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 464	99.098	137.459
59301034 PIDDAC-Grande Repar R2 - 2197010	124.924	143.900
59301035 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2403	230.516	-
59301036 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2404	527.691	-
59301037 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 360	93.668	-
59301039 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2405	366.234	-
59301040 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 468	82.964	-
59301041 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2197025	166.178	-
59301101 FEDER-Sub Proj 19UDD	1.106.378	1.211.529
59301102 FEDER-Sub Proj 21ALLAN	1.533.215	1.701.627
59301103 FEDER-Sub Proj 34UME	35.648.247	37.582.594
59301104 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	21.338.724	22.451.393
59301106 FEDER-Sub Proj Reabil 3Aut	116.802	116.803
59301107 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	1.324.138	1.452.188
59301108 FEDER-Sub Proj 12Locomotoras	903.370	903.370
59301510 Sub Projecto CP/KIDS	-	27.276
59301700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	535.512	581.343
59301800 FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	598.587	797.033
59301900 FEDER-Subsid Ramais Partic Mercad	-	364.765
	161.022.758	170.949.396

/ Ativos financeiros detidos para negociação (nota 21)

A rubrica de ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Ativos Financeiros	54	54
	54	54

A 31 de dezembro de 2014, de acordo com a avaliação fornecida por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.), a Empresa não possui qualquer instrumento financeiro derivado (*swaps* de cobertura de taxa de juro) potencialmente favorável.

As variações ocorridas no justo valor destes instrumentos financeiros derivados são registadas pelo valor líquido entre os ganhos e as perdas na rubrica da Demonstração de Resultados "Aumentos/Reduções de Justo Valor".

À data de referência para a apresentação destas Demonstrações Financeiras, a Empresa tem somente registado na rubrica de Ativos Financeiros Detidos para Negociação o justo valor das ações do Millennium BCP adquiridas à sociedade Fergráfica, S.A. no âmbito da liquidação desta sociedade.

/ Outros ativos financeiros (nota 22)

A rubrica de outros ativos financeiros é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativo corrente		
Outros Ativos e Passivos Financeiros	-	16.000.000
	-	16.000.000

Com a publicação da Lei n.º 55-A/2010, revogada e substituída pelo Decreto-Lei n.º 133 de 3 de outubro de 2013, a CP passou a aplicar o Regime de Tesouraria do Estado, criado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 junho, com redação atualizada através da Lei n.º 39-A/2005. Durante o ano de 2014 o Grupo amortizou uma aplicação financeira no IGCP no valor de 16 milhões de euros.

/ Ativos não correntes detidos para venda (nota 23)

Um dos objetivos do Grupo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, entende-se que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido, sendo que o atraso que se tem verificado na concretização de alguns dos acordos de venda já estabelecidos é causado por circunstâncias alheias à gestão.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Entende-se ainda que existe uma grande incerteza nesta data quanto a evolução dos mercados e das economias, pelo que o valor esperado de venda à data foi apurado com base na informação disponível.

Semestralmente é avaliada a existência de imparidades nestes ativos, e, sempre que necessário procede-se a ajustamentos dos valores já reconhecidos. Nesse âmbito, em 2014, a CP registou uma reversão de imparidade na rubrica de Equipamento básico de 11.051.366 euros, devido ao facto de existir material circulante que, no plano de material até 2021, irá ser reafectado ao serviço comercial pelo que foi transferido para ativo fixo tangível no montante 9.033.560 euros. Foi também abatido material circulante no montante 5.552.295 euros que face ao seu estado de degradação não foi possível alienar.

Esta diminuição das imparidades de ativos não correntes detidos para venda foi acompanhada do aumento da imparidade dos ativos depreciables, no que respeita a material a reafectar à atividade comercial, fruto da necessidade de intervenções para que essa reafecção possa ocorrer, bem como pelo reconhecimento de depreciações relativamente ao período em que o material esteve classificado como ativo não corrente detido para venda. Assim, em termos líquidos esta reclassificação não teve impactos significativos nos resultados da empresa.

No que respeita aos edifícios foi efetuado um reforço da imparidade constituída de 94.557 euros fruto de avaliações recentes efetuadas aos imóveis, apesar do Grupo CP manter o seu empenho em conseguir a sua alienação num curto espaço de tempo.

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Terrenos e recursos naturais	3.295.378	3.295.378
Edifícios e outras construções	12.137.627	12.232.184
Equipamento básico	7.937.354	11.839.201
	23.370.359	27.366.763

/ Capital realizado (nota 24)

De acordo com o artigo 3º do decreto-lei n.º 50/2012 de 14 de março que define os Estatutos da CP, o capital estatutário da empresa é de 1.995.317.000 euros, sendo detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa. Este capital encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2014.

/ Ações (quotas) próprias (nota 25)

A 31 de dezembro de 2014 não são detidas ações ou quotas próprias, por a empresa mãe não ser uma sociedade por ações ou quotas.

/ Outros instrumentos de capital próprio (nota 26)

O Estado português, único detentor do capital da empresa mãe CP, não concedeu qualquer verba a título de prestações suplementares, acessórias ou dotações de capital durante o ano de 2014.

/ Reservas legais (nota 27)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da empresa mãe (CP), a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem utilização para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

/ Outras reservas (nota 28)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do fundo de amortização e renovação de material circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O fundo de amortização e renovação de material circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no art.º 16º do contrato de concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

/ Resultados transitados (nota 29)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente à incorporação do resultado líquido do período anterior. Contribuem, no entanto, também para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Reconciliação do resultado transitado consolidado		
Resultados transitados de 2014		-5.495.796.519
Resultados transitados de 2013	-5.269.105.740	
+ Resultado líquido do período de 2013	-225.615.470	-5.494.721.210
Movimentos de 2014 directamente em Res.transitados:		-1.075.309
Identificação:		
(i) Reposição de provisão constituída para investimentos financeiros (TIP), anulada indevidamente em 2013		-1.552.262
(i) Anulação do valor referente a gastos com a Aut RAC 365 já foram considerados em resultados de anos anteriores.		262.842
(ii) Impacto líquido de diversas operações em resultados transitados, relacionadas com anulações de saldos e transações intercompanhias.		214.111
Total de ajustes ao Resultado Transitado:		-1.075.309

/ Ajustamentos em ativos financeiros (nota 30)

O detalhe das variações nesta rubrica face a 2014 são apresentados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	(132.640)	-
Total	(132.640)	-

A variação respeita a valor de transição referente à participada OTLIS, que a partir de 01.01.2014, passou a ser registada nas contas pelo método de equivalência patrimonial, em vez do método de custo.

/ Outras variações no capital próprio (nota 31)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Saneamento financeiro	91.357.368	91.357.368
	91.357.368	91.357.368

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca no montante de 97.975.959 euros e a utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-Lei n.º 361/85.

/ Provisões (nota 32)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

(Valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	9.410.544	18.777	0	351.225	9.078.096
Acidentes ferroviários	1.284.640	81.471	0	0	1.366.111
Acid. trabalho e doenças profissionais, e outras provisões	11.184.184	522.455	-1.771.589	11.061.019	2.417.209
	21.879.368	622.703	-1.771.589	11.412.244	12.861.416

A redução do valor das provisões, no exercício de 2014, deve-se essencialmente à reversão da provisão de acidentes de trabalho (que em 31 de dezembro de 2014 ascendia a 11.061.019 euros), e cuja responsabilidade passa a partir de 2014, por via da adesão ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, a ser reconhecida na rubrica de outras contas a pagar (passivo não corrente) e na rubrica de ativo por imposto diferido (ativo não corrente), conforme referido em detalhe na nota (34).

Apesar de valor menos expressivo, uma nota adicional sobre a redução das responsabilidades sobre os processos judiciais, em resultado da conclusão de algumas ações judiciais em curso

/ Financiamentos obtidos (nota 33)

No final do período de 2014 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	224.576.751	489.598.275
Locações financeiras	27.862.780	31.059.414
Empréstimos por obrigações	700.000.000	700.000.000
Outros financiadores	2.608.084.000	683.900.000
	3.560.523.531	1.904.557.689
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	265.021.556	1.731.521.997
Descobertos bancários	1.341.770	8.289.245
Locações financeiras	3.193.368	3.028.341
Outros financiadores	358.900.000	264.780.000
	628.456.694	2.007.619.583
	4.188.980.225	3.912.177.272

O acréscimo da dívida do Grupo CP foi de cerca de 277 milhões de euros, tendo passado de 3,912 mil milhões a 31.12.2013 para 4,189 mil milhões a 31.12.2014. Este aumento da dívida cingiu-se fundamentalmente ao necessário para assegurar o pagamento de juros e da dívida histórica à REFER.

Com a conversão da quase totalidade da dívida de curto prazo em médio e longo prazo, a estrutura da dívida sofreu uma alteração significativa, passando a dívida de curto prazo a ter um peso reduzido na dívida total, contrariando a tendência dos últimos anos.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

	31-12-2014	31-12-2013
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	265.021.556	1.731.521.997
De 1 a 5 anos	130.550.085	395.571.608
A mais de 5 anos	94.026.666	94.026.667
Locações financeiras		
Até 1 ano	3.193.368	3.028.341
De 1 a 5 anos	20.199.325	17.424.721
A mais de 5 anos	7.663.455	13.634.693
Descobertos Bancários		
Até 1 ano	1.341.770	8.289.245
Empréstimos por obrigações		
De 1 a 5 anos	500.000.000	500.000.000
A mais de 5 anos	200.000.000	200.000.000
Outros financiadores		
Até 1 ano	358.900.000	264.780.000
De 1 a 5 anos	1.597.056.000	433.900.000
A mais de 5 anos	1.011.028.000	250.000.000
	4.188.980.225	3.912.177.272

/ Outras contas a pagar (nota 34)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Não corrente		
Credores por acréscimo de gastos	11.061.019	-
	11.061.019	-
Corrente		
Fornecedores de Investimento	(1.546.865)	2.358.459
Devedores por acréscimos de rendimento	1.607.311	2.071.234
Credores por subscrições não liberadas	34.525.341	33.815.129
Outros devedores e credores	4.177.568	8.201.666
Credores por acréscimo de gastos	64.569.300	83.602.274
	103.332.655	130.048.762

No ativo corrente a variação mais significativa face ao exercício de 2013 regista-se na rubrica de credores por acréscimo de gastos (11,6 milhões de euros) em resultado da regularização em 2014 dos encargos relacionados com a prestação de serviço transporte internacional reconhecidos no exercício de 2013.

A rubrica outros devedores e credores também apresentou redução significativa (5.6 milhões de euros) em virtude da liquidação da dívida histórica com a REFER.

Relativamente ao ativo não corrente, verificou-se uma variação na rubrica de credores por acréscimo de gastos, respeitante à reclassificação das Pensões por Acidentes de Trabalho, no âmbito da adesão ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, conforme disposto na Lei 61/2014 de 26 de agosto.

As responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa em 31 de dezembro de 2014, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP (CGD PENSÕES). Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem. A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 3%.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho: 13 pagamentos por ano.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2014.

/ Fornecedores (nota 35)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores c/c		
Gerais	46.877.027	159.138.828
Fornecedores de investimento	-	6.040
Facturas em receção e conferência	570.393	203.316
	47.447.420	159.348.184

A variação registada na rubrica de fornecedores deve-se quase exclusivamente à liquidação da dívida histórica à REFER.

/ Adiantamentos de clientes (nota 36)

A rubrica de adiantamentos de clientes apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Adiantamentos de Clientes		
Cientes CP		
MINIST.PLANIF.FEDERAL, INVERSION PÚBLICA, SERV. GOB.NAC. ARG	295.470	295.470
JOSE C GUILHERME E JOAO M SANTOS	-	249.399
Cientes Fernave		
MANUEL MAGALHÃES PEREIRA - MAPUTO	374.000	190.000
Cientes EMEF		
TNO - NEDERLANDS E ORGANISATIE VOOR TOEGEPAST NATUURWETENS	110.838	76.621
UNIVERSIDADE DO PORTO	-	68.838
	780.308	880.328

Os valores que se apresentam no final de 2014, do segmento de transporte de passageiros, respeitam essencialmente a valor adiantado por conta de reparações/modernizações efetuadas no material circulante.

Por sua vez, os adiantamentos do segmento de reparação e manutenção de material circulante, respeitam a verbas contratualmente estabelecidas e recebidas a título de adiantamentos relativas a projetos financiados ao abrigo do Seventh Framework Programme (FP7), e ainda não reconhecidos como subsídios à exploração, por não terem ocorrido os gastos respetivos.

/ Passivos financeiros detidos para negociação (nota 37)

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Derivados potencialmente desfavoráveis	3.703.566	69.159.198
	3.703.566	69.159.198

Tal como referido na nota relativa aos Ativos financeiros detidos para negociação, o montante registado nesta rubrica resulta de valorização efetuada por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.) ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados (*swaps* de cobertura de taxa de juro) detidos pela empresa.

Durante o exercício de 2014, verificou-se o término de dois contratos de *swaps* pelo que a valorização em 31.12.2014, respeita ao único *swap* existente em carteira.

O *swap* do Citigroup terminou em 26 de junho de 2014 e, no final de novembro de 2014, foi exercida a opção de cancelamento antecipado do *swap* do BESi/Novo Banco.

Esta opção de cancelamento, negociada através do IGCP, implicou o pagamento de 49.735.000 euros, montante abaixo do valor de mercado e incluído na rubrica de "Juros e gastos similares suportados" na Demonstração dos resultados.

/ Vendas e serviços prestados (nota 38)

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Prestações de Serviços		
Passageiros	218.558.708	207.004.411
Mercadorias	63.472.650	57.637.700
Outros	10.805.260	12.150.089
sub-total	292.836.618	276.792.200
Total	292.836.618	276.792.200

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

O acréscimo verificado deve-se essencialmente ao aumento das vendas de bilhetes, como reconhecimento do esforço contínuo do Grupo CP em diversificar, promover e consolidar a sua oferta e atividade comercial.

/ Subsídios à exploração (nota 39)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos períodos de 2013 e 2014:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Indemnizações compensatórias	17.789.622	33.856.604
(Formação IEFEP)	26.771	-
Andante	-	114.717
PAII	71.684	377.261
CP/KIDS	16.575	35.054
Comunidade europeia	1.770	
Instituto de emprego e formação profissional	21.260	
Subsídios IEFEP - Medida de Estágios Emprego (ao abrigo do Decreto-Lei n.º 109/2009)	10.477	
Subsídios IDMEC (Projecto Wearwheel)	8.141	-
Subsídios NV D 2 S International (Projecto I-Rail)	-	918
Subsídios Thales (Projecto Secur-ED)	35.956	22.805
Subsídios TNO (Projecto Cargovibes)	(2.673)	89.756
Subsídios Universidade do Porto (Projecto Maxbe)	427	37.107
Total	17.980.010	34.534.222

De salientar a quebra generalizada e acentuada do apoio financeiro do Estado, através de subsídios à exploração, à atividade do Grupo CP e que atingiu uma redução de aproximadamente 16,5 milhões de euros, face aos valores de 2013.

/ Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 40)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Perdas		
Aplicação do método da equivalência	(3.721)	-
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência	404.151	285.213
Outros	-	342.000
Total	400.430	627.212

Os valores reconhecidos em 2014 são o resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial ao impacto dos resultados do SIMEF (344.151 euros), Nomad Tech (13.586 euros) e da OTLIS (42.693 euros).

/ Trabalhos para a própria empresa (nota 41)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção nos materiais circulantes de transporte de passageiros e de mercadorias e é analisada como se segue:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Transporte de passageiros		
Ativos fixos tangíveis	8.552.731	10.844.634
Transporte de mercadorias		
Ativos fixos tangíveis	1.133.022	-
Outros	2.637	-
Total	9.688.390	10.844.634

/ Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (nota 42)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	24.301.132	24.949.567
	24.301.132	24.949.567

A diminuição verificada nesta rubrica foi motivada essencialmente pela redução das atividades de reparação e de fabrico ocorridas no ano 2014.

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias representa uma parcela relevante da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O gasto com consumo de combustível, apesar do aumento de preço, tal como no ano anterior, tem vindo a reduzir.

/ Fornecimentos e serviços externos (nota 43)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Conta	Designação	(valores em euros)	
		2014	2013
621	Subcontratos	28.204.605	28.318.723
622/626	Trabalhos especializados e outros (Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	104.957.898	100.766.215
		69.611.390	66.453.984
623	Materiais	480.900	508.569
624	Energia e fluidos	30.252.074	31.502.211
625	Deslocações, estadas e transportes	1.000.566	991.501
		164.896.043	162.087.219

Em 2014, verificou-se, por parte do Grupo CP, a continuação do esforço na procura da poupança, racionalizando gastos suportados e procedendo à renegociação dos contratos em vigor.

Apesar dos esforços efetuados, o total da rubrica sofreu um aumento, ainda que ligeiro comparativamente a anos anteriores, uma vez que certos gastos, pela sua natureza particular e enquadramento, não seguiram a tendência dos restantes, nomeadamente, os gastos com a taxa de utilização da infraestrutura (+3.157.406 euros), em resultado do aumento das tarifas previstas no Diretório da Rede 2014 que vigorou a partir de 15 de dezembro de 2013.

Este efeito foi parcialmente compensado, pela contenção dos gastos com energia e fluidos (-1.250.137 euros), essencialmente eletricidade e combustíveis para a tração.

/ Gastos com pessoal (nota 44)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	464.651	510.912
Remunerações do pessoal	105.281.870	110.581.065
Indemnizações	5.136.049	7.342.202
Encargos sobre remunerações	23.409.682	24.679.201
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e	2.604.198	2.743.201
Gastos de ação social	350.691	350.609
Outros gastos com o pessoal	11.488.465	1.333.786
	148.735.606	147.540.976

O acréscimo registado nos Gastos com Pessoal resulta fundamentalmente de se ter efetuado um ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho de 11,1 milhões de euros, que respeitam a pensões de acidentes de trabalho vitalícias resultantes de acidentes ocorridos até 31 de dezembro de 1999, data até à qual, por força do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 de julho, a CP estaria obrigada a assumir estes encargos.

De referir, que este movimento foi efetuado na sequência da adesão da CP ao regime especial de ativos por impostos diferidos previsto na Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto. Este movimento teve, no entanto, contrapartida de igual montante na redução das provisões constituídas para estas pensões, pelo que, em termos líquidos estes ajustamentos contabilísticos não tiveram qualquer impacto nos resultados da empresa.

Caso não tivesse sido efetuado esta alteração de procedimento, os gastos com pessoal da empresa teriam ficado 5,8 milhões de euros abaixo dos registados no ano anterior, em virtude de, em 2013, se ter contabilizado o impacto da reposição do subsídio de férias de 2012 e 2013, que passou a ser remunerado desde junho de 2013, na sequência da publicação da Lei n.º 39/2013.

Em 2014 regista-se um acréscimo dos gastos com trabalho extraordinário, face aos registados em 2013, em resultado da diminuição do número de greves, o que levou a um aumento do recurso a trabalho suplementar.

De referir ainda que se encontra refletido nas contas de 2014 a decisão do Tribunal Constitucional para cessação das reduções salariais, que afeta vencimentos e subsídios pagos após 31 maio de 2014 e até meados de setembro.

/ Imparidades de investimento não depreciables/ amortizáveis (nota 45)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Perdas		
Ativos não correntes detidos para venda	(437.474)	(7.634.323)
Reversões		
De investimentos financeiros	107.171	46.147
Ativos não correntes detidos para venda	11.051.366	224.927
	10.721.063	(7.363.249)

Verifica-se no período em análise uma diminuição das imparidades relacionadas com ativos não correntes detidos para venda em 18 milhões de euros, em resultado da não constituição de imparidades adicionais para os ativos não correntes detidos para venda e da reversão das imparidades constituídas para material circulante entretanto abatido (10 UTD's 600 e uma ALLAN), e/ou reafecto à atividade operacional da empresa.

/ Outros rendimentos e ganhos (nota 46)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Rendimentos suplementares	5.854.449	5.158.819
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.115	1.429
Ganhos em inventários	686.977	49.926
Restantes ativos financeiros	236.845	1.640.491
Investimentos não financeiros	36.231.682	357.103
Outros	17.491.132	16.107.356
	60.502.200	23.315.124

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta um aumento justificado fundamentalmente:

- / Pela transferência de terminais de mercadorias para a REFER (+13 milhões de euros), em cumprimento do despacho da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações Terrestres de 23 de abril de 2014,
- / Pela passagem da gestão dos terminais para a REFER pela quantia de 20,65 milhões de euros, operação que ocorreu em dezembro de 2014.
- / Assim como pela regularização de créditos referentes a exercícios anteriores (+1.6 milhões de euros) decorrentes do acordo de pagamento entre a CP e o Gestor da Infraestrutura.

/ Outros gastos e perdas (nota 47)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Impostos	222.554	381.744
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	950.617	149.573
Perdas em inventários	172.850	469.522
Investimentos não financeiros	5.693.931	1.843.629
Outros	4.423.589	4.698.051
	11.463.541	7.542.519

A rubrica que registou maior acréscimo, referente a perdas em investimentos não financeiros, deve a sua variação ao abate de material circulante não operacional (3,8 milhões euros).

Verificou-se ainda uma variação das dívidas incobráveis, na ordem dos 800 mil euros, no entanto esta operação teve reduzido impacto nos resultados do Grupo CP, uma vez que maioritariamente o risco de cobrança já estava ajustado em anos anteriores e foi revertido.

/ Aumentos/reduções justo valor (nota 48)

A rubrica de aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Ganhos		
Instrumentos financeiros	65.455.632	66.022.026
	65.455.632	66.022.026

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da valorização da carteira de derivados em 31 de dezembro 2014, bem como de alterações à sua composição, comparativamente a igual período do ano anterior. Conforme referido anteriormente a avaliação destes derivados é assegurada por entidade externa.

A variação da valorização dos derivados é apresentada no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Citigroup		-685.521
BES		-62.549.083
RBS/ABN	-3.703.566	-5.924.594
	-3.703.566	-69.159.198

/ Gastos/reversões de depreciação e de amortização (nota 49)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	70.794.002	74.865.463
Ativos intangíveis	88.173	120.900
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	16.493	252
Ativos intangíveis	-	-
	70.865.682	74.986.111

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 3. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

No segmento de transporte de passageiros, a diminuição do valor das depreciações, face a 2013, atingiu cerca de 4 milhões de euros e tem origem essencialmente no equipamento básico e deve-se quase na sua totalidade a um ajustamento das vidas úteis do material circulante que foi objeto de modernização.

/ Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (nota 50)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis reconhecida no período respeita essencialmente à rubrica de equipamento básico e resulta do seu valor líquido exceder o seu valor recuperável, apresentando os seguintes valores:

(valores em euros)		
Descrição	2014	2013
Perdas		
Ativos fixos tangíveis	(5.169.011)	(2.716.034)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	462.034	191.600
	(4.706.977)	(2.524.434)

A variação da Imparidade deve-se essencialmente à transferência de material circulante da rubrica de ativos não correntes detidos para venda e ao valor estimado de reparação de material circulante acidentado

A variação da rubrica reversões por imparidade deve-se à conclusão das reparações de material circulante acidentado.

/ Juros e rendimentos similares obtidos (nota 51)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é detalhada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	2014	2013
Juros obtidos	57.181	197.896
Dividendos obtidos	-	39.698
Outros rendimentos similares	1.607	-
	58.788	237.594

/ Juros e gastos similares suportados (nota 52)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)		
Descrição	2014	2013
Juros suportados	201.120.738	205.578.935
Outros gastos e perdas	6.384.087	10.524.619
	207.504.825	216.103.554

No exercício de 2014, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista um total de 207,5 milhões de euros, menos 8,5 milhões de euros que no mesmo período do ano anterior.

Esta situação, apesar do aumento dos gastos associados às operações de cobertura de taxa de juro, *swaps* (em 8 milhões de euros), decorre da diminuição generalizada das taxas de juro aplicadas na renovação dos financiamentos do Grupo CP.

/ Interesses minoritários (nota 53)

Não aplicável.

/ Passivos contingentes (nota 54)

Não aplicável.

/ Ativos contingentes (nota 55)

A EMEF e o Metropolitano de Lisboa assinaram um protocolo em 14 de maio de 2009, no qual a EMEF se compromete a ceder um espaço nas suas instalações sitas na amadora, para o Metropolitano poder instalar um estaleiro de construção civil de forma a permitir a construção do prolongamento da linha Amadora Este/Reboleira, incluindo nova estação intermodal da Reboleira.

O mesmo protocolo prevê a demolição das edificações existentes nesse espaço, e como contrapartida o Metropolitano de Lisboa obriga-se a construir um edifício novo até ao montante de 2.250.000 euros. Como as obras do Metro estão suspensas por decisão governamental, não é expectável que a construção venha a ocorrer dentro do prazo estabelecido.

/ Garantias e avales (nota 56)

Garantias prestadas a favor do Grupo CP:

Garantias e fianças prestadas ao Grupo CP pelo Estado	767.456.939 €
Garantias e fianças bancárias prestadas ao Grupo CP por entidades bancárias a favor de terceiros	1.313.701 €

/ Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 57)

A Sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 21.500 euros acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Pinto Ribeiro; Lopes Rigueira & Associados, SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 11.750 euros acrescidos de IVA à taxa legal.

/ Acontecimentos após a data do balanço (nota 58)

Não ocorreram factos relevantes que possam ter impacto nas contas, após a data de balanço.

Técnico Oficial de Contas - Dr.^a Ana Coelho

Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vice-Presidente - Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dr.^a Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Documentos anexos





FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da *CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.(CP)*, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 974.489.978 euros e um total de capital próprio consolidado negativo de 3.569.003.326 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 161.345.168 euros), a Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

SEDE | HEAD OFFICE

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch

Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da *CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.*, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para o facto de que a CP tem vindo a acumular prejuízos consecutivos de montante significativo, apresentando, em 31 de Dezembro de 2014, um total de capital próprio consolidado negativo de 3.569.003.326 euros. Neste contexto de desequilíbrio da estrutura financeira, a continuidade do Grupo CP tem sido garantida através do apoio do Estado e continuará a depender desse apoio conjugado com a capacidade de gerar resultados que lhe permitam alcançar um equilíbrio económico sustentado.

Lisboa, 24 de abril de 2015

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de 974.489.978 Euros e capitais próprios negativos de 3.569.003.326 Euros, incluindo um resultado líquido negativo consolidado de 161.345.168 Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, das alterações nos capitais próprios, dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu resultado.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspetos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e as alterações no seu capital próprio consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, aplicadas de forma consistente com o exercício anterior e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.



Ênfase

7. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para o facto de que o Grupo CP tem vindo a acumular prejuízos consecutivos de montante significativo, apresentando, em 31 de Dezembro de 2014, um total de capital próprio consolidado negativo de 3.569.003.326 euros. Neste contexto de desequilíbrio da estrutura financeira, a continuidade do Grupo CP tem sido garantida através do apoio do Estado e continuará a depender desse apoio conjugado com a capacidade de gerar resultados que lhe permitam alcançar um equilíbrio económico sustentado.

Lisboa, 23 de abril de 2015

PINTO RIBEIRO, LOPES RIGUEIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC 1015

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS 2014 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, o artigo a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos¹ da empresa e os artigos 420.º, 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, designadas genericamente por IFRS. Nos termos do artigo 4.º do Regulamento n.º 1 606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

À CP, enquanto empresa pública, e às suas participadas é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPE.

A título enquadrador e informativo, é de assinalar que, nos termos dos Regulamentos da União Europeia, no âmbito da segunda³ notificação de 2014 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos e da revisão do Sistema Europeu de Contas e Regionais⁴ foram introduzidas alterações de relevo nos critérios sujeitos a verificação aquando da classificação de unidades institucionais públicas.

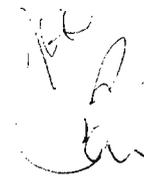
Em consequência, várias unidades institucionais, anteriormente classificadas fora deste universo, passaram a estar incluídas no sector das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais. Tal sucedeu com a CP, a empresa-mãe do Grupo, cuja inclusão no perímetro

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Emitida em setembro de 2014.

⁴ SEC 2010.



das Administrações Públicas resultou da alteração⁵ no designado rácio dos 50%, ou “*rácio de mercantilidade*”.

Desta nova realidade emergiram algumas consequências, nomeadamente o impedimento da CP em aceder a novos financiamentos junto de instituições de crédito⁶.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal durante o exercício objeto de análise, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, tendo, designadamente, procedido a:

- i) Reuniões com membros do Conselho de Administração de forma a seguir o desempenho da empresa;
- ii) Realização de reunião com o Revisor Oficial de Contas;
- iii) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- iv) Reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com as direções financeira e de planeamento e controlo da atividade da empresa;

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Demonstrações Consolidadas do Grupo CP, apresentadas pelo Conselho de Administração.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos e o RJSPE às orientações de gestão definidas pelo Governo, à tutela sectorial e financeira, do Ministério da Economia e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

Através da celebração de contratos são definidas as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, tendo a CP celebrado com o Estado, em 24 de março de 2011, o contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público», com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2019.

⁵ O rácio passou a incluir no denominador, correspondente aos custos operacionais, os encargos líquidos com o pagamento de juros.

⁶ Conforme decorre do artigo 29.º, n.º 1, do RJSPE.



CONSELHO FISCAL

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes (PET)⁷, que abarca o horizonte temporal 2011-2015, a CP e o Estado, ao considerarem o contrato em vigor inadequado, acordaram a sua revogação, estando em curso o processo para a celebração de um novo contrato.

A CP tem autonomizado em empresas os segmentos de atividade onde atua⁸, procurando criar sinergias positivas à sua atividade, sendo a empresa-mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas. Em todas as empresas subsidiárias possui a maioria do capital. Detém também algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

A CP, empresa-mãe, detém direta e maioritariamente as seguintes empresas:

- A CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., participada pela CP a 100%, com o Capital Social de 5 000 000 euros e tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas;
- A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., com a participação da CP em 100%, o Capital Social de 8 100 000 euros e tem como atividade o fabrico, bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção. Esta empresa detém uma participação de 51% no ACE⁹ SIMEF e 35% na sociedade Nomad Tech, Lda;
- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., participada em 100% pela CP, com o Capital Social de 5 000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros;
- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A., com a participação da CP em 100%, o Capital Social - 50 000 euros e tem por objeto social a formação e o desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas dos sectores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica. A Fernave detém uma participação de 19,1% na Transcom, SARL, sediada em Moçambique;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A., participada em 100% pela CP, com o Capital Social de 50 000 euros e dedica-se à prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de

⁷ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro.

⁸ Como a manutenção de equipamentos ferroviários, a formação técnica e o transporte ferroviário de mercadorias.

⁹ Agrupamento complementar de empresas.



trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;

A CP detém ainda participações minoritárias em sete outras empresas e em dois Agrupamentos Complementares de Empresas, ACE¹⁰.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Grupo encerrou o exercício de 2014 com um resultado líquido negativo de 161,3 milhões de euros, evidenciando uma melhoria de 64,3 milhões de euros (28,5%) face ao registado em 2013.

As rubricas do Capital Próprio apresentaram um valor negativo, o qual se degradou em 162,3 milhões de euros (-4,8%) face ao ano transato, essencialmente proveniente do acumular de sucessivos resultados negativos de exercício anteriores.

No que importa às rubricas do Ativo, estas apresentaram uma diminuição de 95,6 milhões de euros (-8,9%), resultante, em larga medida, dos seguintes factos:

1. Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 82,7 milhões de euros (-9,5%), justificado em especial pela alienação à Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. dos terminais de mercadorias;
2. Redução das aplicações financeiras de curto prazo, no IGCP¹¹, no valor de 16 milhões de euros;
3. Aumento de 13,9 milhões euros (79,9%) do saldo de Caixa e depósitos bancários, com origem no pagamento da REFER em resultado de encontro de contas concretizado em 31/12/2014;
4. Decréscimo de 4 milhões euros (-24,4%) na rubrica de Estado e outros entes públicos¹²;
5. Redução de 4 milhões euros (-14,6%) na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda, a qual resulta da reversão das imparidades constituídas para material circulante entretanto abatido¹³ e/ou reafecto à atividade operacional¹⁴ da empresa.

No que respeita ao Passivo, a CP registou um aumento de 66,7 milhões de euros (1,5%), destacando-se:

¹⁰ No OTLIS, ACE, com uma participação de 14,28% e no TIP, ACE, com 33,33%, entidades que desenvolvem atividade no domínio da bilhética.

¹¹ Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E..

¹² A variação no IVA a recuperar, efeito de operação ocorrida em 2013, a qual não se repetiu em 2014, resultante do desfecho favorável de um processo relacionado com anulação de faturas no valor global de 4 227 172 euros.

¹³ Em função do seu estado de degradação, não foi possível proceder à sua alienação. Encontrava-se valorizado por 5,6 milhões de euros.

¹⁴ Transferido para ativo fixo tangível, sendo valorizado em 9 milhões de euros.

CONSELHO FISCAL

Handwritten signature

1. Incremento dos Financiamentos Obtidos¹⁵ em 276,8 milhões de euros (7,1%);
2. Deterioração dos resultados transitados em 226,7 milhões de euros (-4,3%);
3. Redução de 111,9 milhões de euros (-70,2%) das dívidas a Fornecedores, quase exclusivamente explicado com o pagamento das dívidas à REFER;
4. Diminuição dos passivos financeiros detidos para negociação em 65,5 milhões de euros¹⁶ (-94,6%);
5. Variação positiva de 26,7 milhões de euros (-20,5%) da rubrica de Outras Contas a Pagar¹⁷.

Os fluxos de caixa gerados pelas operações atingiram no final de 2014 um défice de 116,9 milhões de euros, representando uma deterioração de 194,5 milhões de euros face ao ano anterior, em larga medida explicado pela liquidação da dívida histórica à REFER.

O resultado líquido alcançado pela CP, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, resulta essencialmente do efeito das variações que se salientam na Demonstração de Resultados:

1. Aumento de 37,2 milhões de euros (159,5%) em outros rendimentos e ganhos, explicado pela alienação¹⁸ dos terminais de mercadorias à REFER e pela passagem da gestão dos terminais¹⁹ para a mesma empresa, bem como através da regularização de créditos²⁰ referentes a exercícios anteriores;
2. Variação positiva de 18 milhões de euros (245,6%) na rubrica de Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis em consequência da não constituição de

¹⁵ A variação corresponde, essencialmente, ao montante necessário para assegurar o pagamento de juros e da dívida em atraso à REFER. Adicionalmente, é de salientar que, em contraponto com exercícios anteriores, verificou-se uma evolução favorável na estrutura da dívida da CP, consubstanciada na conversão da quase totalidade da dívida de curto prazo em médio e longo prazo, representando a primeira cerca de 15% do total (em 2013 o seu peso era de 51,3).

¹⁶ Respeitante ao término, em 2014, de dois contratos de *swaps* – Citibank e Novo Banco. A opção de cancelamento, negociada através do IGCP, implicou o pagamento de 49,7 milhões de euros, montante abaixo do valor de mercado e incluído na rubrica de “*Juros e gastos similares suportados*” na demonstração dos resultados. Assim, a valorização da rubrica no final do período respeita ao único *swap* existente em carteira.

¹⁷ Em larga medida explicada: *i*) regularização em 2014 dos encargos relacionados com a prestação de serviço transporte internacional reconhecidos no exercício de 2013; *ii*) pelo pagamento da dívida à REFER, e *iii*) pela reclassificação das pensões por acidentes de trabalho, no âmbito da adesão da CP ao regime especial aplicável aos ativos por imposto diferido, conforme disposto na Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto.

¹⁸ Por cerca de 13 milhões de euros, dando cumprimento ao despacho, de 23 de Abril de 2014, da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações Terrestres.

¹⁹ Pelo valor de 20,7 milhões de euros.

²⁰ No valor de 1,6 milhões de euros, decorrente do acordo de pagamento celebrado entre a CP e o Gestor da Infraestrutura.

*A. J. R.
C. G.*

imparidades adicionais para os ativos não correntes detidos para venda e da reversão das imparidades constituídas para material circulante entretanto abatido²¹ e/ou reafectado à atividade operacional²² da empresa;

3. Redução de 16,6 milhões de euros (-47,9%) nos Subsídios à exploração, explicado pelo corte no valor das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado;
4. Incremento de 16 milhões de euros (5,8%) nas Vendas e serviços prestados essencialmente suportado por uma melhoria na atividade comercial;
5. O EBITDA apresenta um acréscimo de 52,5 milhões euros para 54,7 milhões euros;
6. A empresa apresentou um apuramento do EBITDA ajustado²³, onde considerou somente a parte respeitante à exploração, alcançando o valor de 36,6 milhões euros, significando um aumento de 10,7 milhões euros (242,5%) face a 2014;
7. Diminuição de 8,6 milhões de euros (-34%) dos Juros e gastos similares suportados em consequência da diminuição generalizada das taxas de juro aplicadas na renovação dos financiamentos.

Neste âmbito deve ser destacado que a estrutura de financiamento do Grupo CP sofreu uma modificação relevante, na medida que ocorreu uma conversão da quase totalidade da dívida de curto para médio e longo prazo. O peso do endividamento de curto-prazo passou de 51,3%, em 2013, para 15% do total. O crescimento do endividamento restringiu-se ao necessário para assegurar o pagamento de juros e da dívida em atraso à REFER. Inerente ao facto da empresa-mãe, durante 2014, ter passado a integrar o perímetro das Administrações Públicas em Contas Nacionais, não sendo permitido recorrer ao financiamento junto da banca comercial, as necessidades de financiamento da CP passaram a ser supridas por empréstimos do Estado.

No que se refere às empresas detidas pela CP, destaca-se o seguinte:

- **CP Carga**

A CP Carga transportou 9,2 milhões de toneladas de mercadorias, e obteve 62,8 milhões de euros de proveitos diretos do tráfego, o que representa, face ao ano anterior, um crescimento de 11,4% nas toneladas e 9,8% nas receitas.

De realçar o tráfego internacional que registou um aumento de 25,6% nas toneladas transportadas e de 16,7% em receitas.

²¹ Em função do seu estado de degradação, não foi possível proceder à sua alienação. Encontrava-se valorizado por 5,6 milhões de euros.

²² Transferido para ativo fixo tangível, sendo valorizado em 9 milhões de euros.

²³ Resultado antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos.

A. H. C. U.

CONSELHO FISCAL

Os maiores crescimentos ocorreram no transporte combinado nacional, com grande destaque para o eixo Sines/Setúbal e Sines/Leixões (30%), no tráfego nacional de químicos (143%), nos produtos siderúrgicos, potenciado por nova relação (32%), e no cimento (16%).

A CP Carga obteve em 2014 um resultado líquido positivo de 5,3 milhões de euros, por efeito da transferência da titularidade e gestão dos terminais ferroviários de mercadorias para a REFER.

O resultado operacional da CP Carga foi de 13,1 milhões de euros positivos, representando melhoria de 184,3% face a 2013. Os proveitos operacionais ascenderam a 89,7 milhões de euros, registando-se um aumento de 46,8% face ao ano anterior. Em relação aos gastos operacionais, estes estiveram em linha com o registado no ano anterior, apresentando uma ligeira quebra, atingindo o valor de 76,6 milhões de euros, sendo ainda de salientar a redução de 11% nos Gastos com pessoal²⁴.

O total de encargos financeiros apresentou um decréscimo, passando de 7,4 milhões de euros em 2013 para 7,2 milhões de euros em 2014, justificado essencialmente pela revisão das condições dos financiamentos obtidos junto do acionista Estado, pela liquidação do empréstimo ao Banco Santander Totta com contração de um empréstimo equivalente junto do IGCP em condições mais vantajosas e, por último, à liquidação parcial do empréstimo da Caixa Geral de Depósitos.

- **EMEF**

O resultado líquido da EMEF registou uma melhoria de 4,3 milhões de euros relativamente ao ano de 2013. Esta evolução resultou do efeito conjugado da melhoria do resultado operacional e da diminuição da rubrica de Juros e gastos similares suportados, consequência da redução do passivo financeiro e das taxas de juro que sobre ele recaem.

O resultado operacional teve uma variação positiva de 3,9 milhões de euros relativamente ao ano transato, justificado pelo aumento da atividade operacional da empresa, tendo os rendimentos²⁵ operacionais registado um acréscimo na ordem dos 5%, correspondendo a uma melhoria de 2,9 milhões de euros.

No período em análise, registou-se uma diminuição nos gastos operacionais da empresa, na ordem de 1,1 milhões de euros, tendo sido determinante a redução de 1,7 milhões de euros na rubrica de Gastos com pessoal²⁶.

²⁴ Justificado pela saída de trabalhadores.

²⁵ Justificado, principalmente, por um maior volume de intervenções de reparação.

²⁶ Sem considerar o custo com rescisões por mútuo acordo, no valor de 1,7 milhões de euros, a redução seria de 3,3 milhões de euros.



CONSELHO FISCAL

• **FERNAVE**

A FERNAVE, no exercício de 2014, alcançou uma melhoria do resultado líquido negativo de 674 735 euros, representando, contudo, uma melhoria de 13,6% (107 mil euros) face a 2013.

Esta melhoria deveu-se a um acréscimo do resultado operacional, conseguida mediante a diminuição dos gastos, que se concretizou em ambiente adverso de restrição económica e financeira da economia portuguesa e das empresas de transporte que constituem o seu mercado natural. A aposta igualmente no mercado externo, com especial relevo para o africano²⁷, contribuiu de modo relevante para o resultado alcançado.

Em 2014, a sua participada TRANSCOM, realizou a entrada de um novo acionista, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa com 13,1 % do capital social, o que implicou a redução do peso da participação da Fernave, de 22 % para 19,1 %.

O EBITDA da FERNAVE, apesar de continuar negativo em cerca de 395 milhares de euros, apresentou uma melhoria de 34 milhares de euros (8 %) face a 2013. Esta variação deveu-se fundamentalmente à redução dos gastos operacionais, especialmente da rubrica de Fornecimentos e serviços externos os quais foram reduzidos²⁸ em cerca de 29%, e dos Gastos com o pessoal que diminuíram cerca de 4%. O decréscimo dos Fornecimentos e serviços externos deveu-se essencialmente à diminuição nos gastos com subcontratos, que acompanhou o decréscimo nos rendimentos com a prestação dos serviços de formação.

• **ECOSAÚDE**

No ano de 2014 a empresa registou um crescimento de 1,2% no volume de negócios, invertendo a tendência de queda observada nos anos anteriores.

O EBITDA foi no valor de 20 mil euros negativos, sendo que o resultado operacional ascendeu a 91 mil euros, o que contribuiu para o resultado líquido, também negativo de 126 mil euros.

Contudo deve ser destacado que durante o ano de 2014 ocorreram operações extraordinárias e não recorrentes que oneraram o resultado operacional em 130 milhares de euros.

• **SAROS**

Em linha com desempenhos obtidos em exercícios anteriores, a SAROS registou um resultado líquido positivo de 269,8 milhares de euros. Este resultado foi inferior em 5,9% face ao ano anterior devido ao decréscimo verificado essencialmente pela diminuição do volume de negócios (-13,4%). Importa realçar o contributo positivo da rubrica de Fornecimentos e serviços externos, a qual, em 2014, apresentou uma poupança na ordem dos 82,5% em comparação com o verificado no ano anterior.

²⁷ Angola e Moçambique.

²⁸ Essencialmente explicado pela diminuição nos gastos com subcontratos, que acompanhou o decréscimo nos rendimentos com a prestação dos serviços de formação.

CONSELHO FISCAL

Em 2014, apesar de se ter verificado um acréscimo de comissões referentes a alguns ramos (designadamente Acidentes de Trabalho e Multiriscos), esse acréscimo não foi suficiente para atenuar as reduções verificadas, em particular no que se refere ao Ramo de Saúde (menos 75,9 milhares de euros face ao ano anterior).

5. PARECER

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., e do Relatório dos Auditores Externos, Pinto Ribeiro, Lopes Figueira & Associados SROC, Lda., os quais foram considerados para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer.

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de 2014 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data, tendo em consideração as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas.

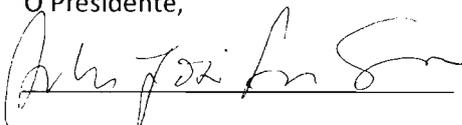
No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP, tendo em consideração a ênfase mencionada na Certificação Legal das Contas.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2014, com a ênfase mencionada na Certificação Legal das Contas.

Lisboa, 14 de maio de 2015

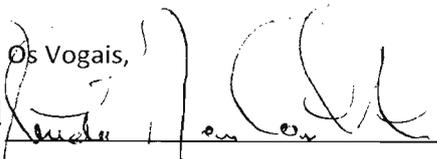
O Conselho Fiscal,

O Presidente,

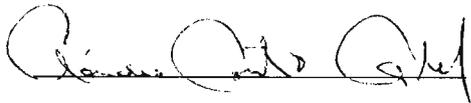


António Farinha Simão

Os Vogais,



M.ª de Lurdes Correia de Castro



Cláudio Couto Cabral

